



# BOLETIM OVIR

V2 . No. TRÊS . ANO 2023  
ISSN 2965-2804

Editorial ... 5

Quem movimenta o movimento – Nengwa Lembamuxi e Tat’etu Nkisi Katuvanjesi ..... 06  
Diana Mendes e Tatiana Carlotti

Entrevista com Luana Alves ..... 16

Por Diana Mendes, Sheila Ribeiro, Julia Castro e Luciana Alves

Saúde da mulher negra: violência racial, resistências e produção de saberes ..... 17

Giovanna De Carli Lopes, Idália Oliveira dos Santos, Cintia Spíndola Luciano, Márcia Lysllane da Silva Santos, Patricia Cardoso de Jesus, Thais Fernanda Gonçalves de Lima, Larissa Cordeiro

Perspectivas do antirracismo na formação em saúde e os impactos à população negra .... 24  
Idália Oliveira dos Santos

O projeto Unifesp negra na promoção da equidade racial em saúde e no combate ao racismo na universidade ..... 32

Flávia Saraiva Leão Fernandes (Unifesp), Beatriz de Souza Lima (Unifesp Negra), Gabriel da Silva Brito (Unifesp), Isabele Maria de Matos Cândido (Unifesp), Izabella Alves de Carvalho (Unifesp)

Subvertendo o não-lugar como potência ..... 39  
Maria Eduarda Novais Pereira

Classe, saúde e raça durante a ditadura militar: um breve estudo da relação entre benzenismo e a companhia siderúrgica nacional..... 46  
Luis Felipe Silva

O sujeito negro na prisão: duplamente inferiorizado pela sociedade brasileira .....	53
Andréa Alves Pinto	
Lei 10.639/2003 na prática: a potência de vozes femininas negras na escola pública .....	61
Álvaro de Souza Maiotti, Raphael Sena de Souza e Silva	
De mulata à mula: mulheres negras no tráfico internacional de drogas .....	69
Michelly Andrade Rosa	
Quilombismo e a potência ancestral de mulheres africanas e afropindorâmicas ....	76
Tamires Batista de Sousa	
Uma data: 25 de Julho – Viva o Hip Hop, por Clayton Gomes .....	82
Entrevista com Débora Silva .....	85
Por Rosângela Martins e Jade G. A. Mattos	
Memorial: Mãe Bernadete .....	86
Créditos .....	90

# PARTICIPAM DO OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA RACIAL

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

## Coordenação

Diana Mendes Machado da Silva

## Equipe

Amora Ju

Ana Maria Espírito Santo

Cássia Aranha

Edson Teles

Edvaldo Antonio de Almeida

Elza Andrea Santos

Gabriela Antero

Jade Soares G.A. Mattos

João Vitor Ribeiro

Jumile Moreira

Luciana Alves

Marília Oliveira Calazans

Matheus de Araújo Almeida

Isadora Rodrigues Felipe Pereira de Aragão

Victor de Jesus

## Pesquisadores

Ana Beatriz Santos

Diógenes Fagundes dos Santos

Micaelle Santana Bandeira

Nicoli França Rocha

Paola Miyagusuku

Rhana Victoria de Almeida Silva

Rosângela Martins

Thais Fernanda Gonçalves de Lima

Giovanna De Carli Lopes

Patricia Cardoso de Jesus

Cintia Spindola Luciano

Idália Oliveira dos Santos

Larissa Cordeiro

Márcia Lysllane da Silva Santos

Janayna de Alencar Lui

Andrea Abdala Souza

Contribua também. Para maiores informações de como submeter o seu texto, envie um e-mail para [ovir@unifesp.br](mailto:ovir@unifesp.br)



# Editorial

A terceira edição do boletim do Observatório da Violência Racial chega durante a Semana da Consciência Negra Unifesp 2023 <https://consciencianegra.unifesp.br/> evento que reúne a comunidade em torno da reflexão primeiramente lançada por Steve Biko durante o regime do Apartheid, na África do Sul. Líder dos estudantes sul-africanos, Biko declarou em um importante manifesto de 1972 que “a consciência negra é uma atitude mental, um modo de vida” que se opõe a “um sistema de valores que busca transformar a pessoa negra em um estrangeiro no país onde nasceu e reduzir sua dignidade humana básica”. O tema reaparece na terceira entrevista da série Quem movimenta o movimento com Mam’etu Nengwa Lembamuxi, líder religiosa de Salvador e Tat’etu Nkisi Katuvanjeci. Tat’etu, que integra o Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Unifesp e receberá o título de Dr. Honoris Causa pela mesma universidade, recupera o sentido da reafirmação e afirma sua importância como uma atitude no presente.

Os artigos que compõem o número complementam essa perspectiva ao apontarem o auto-reconhecimento como potência, seja no cuidado de si, envolvendo a saúde e o bem-estar, seja no cuidado do mundo, ao identificar caminhos para ações efetivas na construção e garantia de direitos, como revela o texto Lei 10.639/2003 na prática: a potência de vozes femininas negras na escola pública. Nossa seção Uma data traz a justa homenagem aos 50 anos do Hip-Hop feita pelo rapper Clayton Gomes, de Mogi das Cruzes. Enquanto o Memorial, escrito por Matheus Almeida, faz um balanço das perdas de 2023 para a violência que estrutura e organiza nossa sociedade. Dentre elas, destaca o assassinato de mãe Bernadete e das pessoas vitimadas pela Operação Escudo, também analisada no carton do artista Latuff. Esta edição traz, ainda, uma obra da série Segregação Social Geograficamente Escancarada (SSGE) do artista R.Trompaz. Um aviso: a imagem da capa não é mera ilustração, são ideias em movimento. O mesmo acontece com as fotografias de Thiago Fernandes, fotógrafo da Uneafro Brasil e Coalizão Negra por Direitos, que oferece o ensaio visual por meio do qual atualizamos nossa compreensão sobre violências e resistências raciais. Boa leitura!





## QUEM MOVIMENTA O MOVIMENTO

As lideranças religiosas do Candomblé Kongo Angola, Nengwa Lembamuxi e Tat'etu Nkisi Katuvanjesi, no terreiro Inzo Tumbansi, em Itapecerica da Serra.

Por Diana Mendes e Tatiana Carlotti

Foto: Léo Rodrigues

Mam'etu Nengwa Lembamuxi, e Tat'etu Nkisi Katuvanjeci

## Resistência, tradição e reafirmação

As lideranças religiosas do Candomblé Kongo Angola, Nengwa Lembamuxi e Tat'etu Nkisi Katuvanjesi, no terreiro Inzo Tumbansi, em Itapeçerica da Serra.

Por Diana Mendes e Tatiana Carlotti

No mês da Consciência Negra, Quem Movimenta o Movimento conversa com duas lideranças espirituais do Candomblé Kongo Angola, Nengwa Nkisi Lembamuxi, matriarca do Terreiro Tumbenci de Maria Neném, sediado em Salvador (BA), e Tat'etu Nkisi Katuvanjesi, coordenador do Instituto Latino Americano de Tradições Afro Bantu (Ilabantu), representante do Centro Internacional de Civilizações Bantu (CICIBA) e membro do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Unifesp.

Tat'etu (“nosso pai” em língua kimbundu, dos bantu), de nome civil Walmir Damasceno, receberá o título Doutor honoris causa pela Unifesp. Em 21 de outubro, ele nos recebeu no terreiro Inzo Tumbansi, que conduz em Itapeçerica da Serra (interior de São Paulo), em companhia de Mam'etu (“nossa mãe”) Lembamuxi, de nome civil Geurena Passos Santos.

Ao ouvi-lo, adentramos as dimensões espirituais, culturais e políticas do Candomblé.

*Diana Mendes – Vamos começar pelo processo de iniciação de vocês. Como, onde e quando vocês se entenderam parte do universo do candomblé?*

**Mam'etu Nengwa Lembamuxi** – Meu nome é Geurena Passos Santos, o meu apelido é “Florzinha” e a minha dijina é Lembamuxi. Eu nasci dentro do terreiro Tumbenci, no bairro de Beirú-Tancredo Neves, no Quilombo Cabula, em Salva-



dor, Bahia. Minha mãe consanguínea, Maria José de Oliveira Passos, era a sobrinha da saudosa Maria Genoveva do Bonfim, conhecida por Maria Neném. Quando ela faleceu, minha mãe se casou e foi morar no terreiro para tomar conta das coisas. Ali, eu nasci e cresci, com o terreiro de portas fechadas para a atividade pública, porque minha mãe era iniciada no candomblé, mas não veio com o cargo de Mam'etu nkisi, veio para servir o nkisi.

Ali não tinha carro, não tinha nada, era mata fechada. Eu fui criada dentro dessa mata, com fé e respeitando os inquices do meu pai e dos mais velhos que eu chamava de “tia” e de “tio”. Então o meu velho, o meu avô Kavungu, que é o meu pai, já tinha me escolhido para essa missão, mas eu não sabia. Fui criada ali, aprendendo as coisas que o santo determinava até onde eu podia saber e as portas fechadas. A minha mãe zelava e cuidava dos inquices da maneira dela, mas ela dizia: “eu não vim para isso. Deus e o espírito da minha tia vai me mostrar uma pessoa para tomar conta e abrir as portas. Não vou morrer sem ver o atabaque tocando”.

Com 19 anos, eu me iniciei. Meu pai biológico, Antônio dos Passos, fez amizade com a minha mãe de santo. E ele me levava sempre para as festas. Numa delas, a minha mãe de santo me chamou para ajudar em um mukondu, que era uma cerimônia fúnebre da mãe de santo dela que tinha falecido. Fizemos essa amizade. Depois o caboclo Pedra Preta tomou à frente. E aos 19 anos, 28 de agosto, eu me recolhi. Então, aos 24 anos, eu recebi o cargo para assumir o terreiro e foi uma surpresa muito grande. A minha mãe sabia, meu pai sabia, minha tia, minha avó, mas eu não sabia. A partir desse dia, eu assumi o Tumbenci, para zelar pelo meu avô e reabrir as portas do terreiro. Não foi fácil chegar até aqui.

Eu tinha oito anos de iniciada quando assumi o terreiro do Tumbansi e estou aqui, servindo o inquice, com respeito, com humildade, com pé no chão e por amor. Cheguei a 50 anos de iniciada, 42 deles à frente do terreiro, respeitando os mais velhos e os mais novos, e querendo que os mais velhos e os mais novos me respeitem. Tem que levar a sério porque o inquice você não pega. Você sabe que ele existe, não vê de onde ele vem. Sabe que está aqui dizendo “eu sou fulano”, mas você tem de respeitar essa energia, e a gente tem o direito de zelar. “Eu sou a mãe de santo de fulano”. Eu não sou a mãe de santo de ninguém, eu sou a zeladora do inquice de Walmir Damasceno e cabe a ele respeitar isso.

*Diana Mendes – Tat'etu, como é essa ligação de filho com o terreiro de Salvador, e como você descobriu e se iniciou na religião?*

**Tat'etu Nkisi Katuvanjesi** – Eu não me descobri, eu fui escolhido. Aos 11 anos de idade, nos porões do casarão da Fa-



zenda Liberdade, zona rural do município de Barra do Rocha, no território médio Rio das Contas, na região cacauqueira do Sul da Bahia. Ali eu nasci, acometido de uma doença que a medicina convencional chamava de seqüela de poliomielite. Eu não tinha controle dos membros inferiores, das pernas, e tinha o corpo cheio de feridas.

Então, meu pai com uma tia, irmã da minha mãe biológica, me apresentou a uma mãe de santo que atendia no sul da Bahia, no eixo Ilhéus-Itabuna. Ela determinou que eu fosse levado ao terreiro dela, em Salvador. Era a saudosa Marcelina Plácida da Conceição, Nengwa Kizungirá, do nkisi Nzazi, mera similitude de Xangô, filha de santo da saudosa Maria Genoveva do Bonfim, minha avó, Maria Neném.

Nesse terreiro, no bairro da Boca do Rio, Terreiro Santa Luzia Tumbenci Filho, eu fiquei enclausurado e passei pelo processo de iniciação. A partir dela e da incorporação, de ser “tomado por espírito” digamos assim, é que tive noção da própria vida, a cura das enfermidades e das feridas, e o controle da coordenação motora. Ainda tenho uma descoordenação, ficou a seqüela; mas, eu só tive mesmo saúde e vida após a minha iniciação.

Fui iniciado para o nkisi Kavungu, como diz na linguagem acadêmica, o inquite tutelar, o santo da minha cabeça. Ele que estava me guiando e determinando. Eu fui escolhido para ser o que eu sou, para a continuidade da própria vida. A razão de eu ser do Candomblé, de eu ser de inquite, foi esse momento. A iniciação é o próprio processo de reafirmação, que começa a partir daí. Não é você pegar em África e comparar o que tem aqui, ou fazer uma coisa diferente. Isso não é reafirmação. Reafirmação é a iniciação. A iniciação se traduz na reafirmação. Tanto minha mãe como eu, e todos que passaram por aqui, passaram por esse processo. A reafirmação que se dá na própria vida. É a existência da vida e a resistência que é conduzir o terreiro Inzo Tumbansi.

O vínculo desse terreiro se traduz no respeito. Ouvir o seu mais velho, ela é a minha mais velha. Embora eu tenha a idade de santo, devido ao cargo que estou de tomar decisões, mas você não pode decidir sem ouvir o seu mais velho ou a sua mais velha. Eu conduzo esse terreiro aqui, o Inzo Tumbansi, mas quando a minha mãe está aqui, a autoridade maior é dela.

O vínculo se traduz no respeito de filho para mãe. É uma coisa familiar. O candomblé também nos ensina isso. Ele só pode ter razão de ser se caminhar na esteira do respeito. Sem respeito, não existe nada. O vínculo se dá baseado no respeito a essa hierarquia.

O primeiro aspecto é você se iniciar, é quando você morre para o mundo profano e nasce para o mundo santo,





Diana Mendes com as lideranças religiosas do Candomblé Kongo Angola, Nengwa Lembamuxi e Tat'etu Nkisi Katuvanjesi, no terreiro Inzo Tumbansi, em Itapecerica da Serra.

Foto: Léo Rodrigues



Tat'etu Nkisi Katuvanjesi  
Foto: Léo Rodrigues

quando perde o nome colonial e é registrado com nome africano-brasileiro, a chamada dijina, um nome iniciático. O segundo aspecto é a sua posição social no terreiro. Eu não sabia que seria escolhido para ser Tat'etu, nasci como Katuvanjesi ou como laô como diz a outra nação. Você não escolhe na vida de santo, é escolhido.

Alguém tem que dizer que você é. Uma autoridade superior dentro da hierarquia disse à minha mãe, quando a sentou na cadeira, que ela era Nengwa nkisi Lembamuxi. Alguém me disse também, quando me sentou na cadeira, que eu era Tat'etu nkisi Katuvanjesi. Aquele ou aquele que disse quis dizer “eu sou porque nós somos”. Ou você é porque nós somos”. Eu não posso me sentar e dizer que eu sou Tat'etu nkisi Katuvanjesi. A minha mais velha, na sua soberania, tem que me dizer. É na autoridade dela que vai ser dito se eu sou ou não.

### ***Diana Mendes – O que é essa reafrikanização a partir do candomblé, de tradição bantu?***

**Tat'etu Nkisi Katuvanjesi** – Esse processo de reafrikanização se dá com o grande ancestral que nós temos, que se chama Maria Genoveva do Bonfim, a Maria Neném. O nosso espelho, a nossa força, a nossa guia, o encantamento, o enfrentamento é Maria Neném. Não existe outra coisa, é ela quem nos reafrikaniza. A nossa reafrikanização se dá nela. Quando ela é invocada, chamada, convidada. Quando pensamos na espiritualidade, nós pensamos no espírito de Maria Genoveva do Bonfim, Nengwa Tuenda dia Nzambi.

É passado aquele equívoco de que a reafrikanização é atravessar o Oceano Atlântico. A reafrikanização é aqui. É neste espaço. É lá no terreiro Tumbansi que Maria Neném rege e onde ela é pensada. Ela não é chamada, ela está em tudo. Ela é pensada por nós como a grande ancestral, como ser vivo espiritualmente falando. O ancestral protetor e condutor porque quem nos conduziu foi ela. Quem conduziu minha mãe aqui, foi ela. Quem me conduziu aqui, foi ela.

Se eu tenho um problema na minha terra de ordem política, e sou obrigado a migrar para outra terra, ela é quem me diz “saia daqui, embora contra a sua vontade, você tem que sair para dar continuidade em outro lugar”. Quando eu tenho dificuldades em ter um espaço próprio de culto a essa ancestralidade, a essa espiritualidade, de pensar no nome dela. É ela que determinou. “O seu caminho vai ser dessa forma”.

No passado, eu não entendia isso. Veio com o tempo porque tudo no candomblé é com tempo. Tudo com tempo é tudo ao seu tempo. No candomblé, nada é automático. Não existe pegar um livro e dizer “vou seguir por aqui”. Não existe cartilha que determine a presença de uma divindade. Não existe cartilha que determine a presença de Maria Ge-



***Diana Mendes – Como a senhora definiria a família do Tumbansi?***

**Mam'etu Nengwa Lembamuxi** – A família de santo é uma raiz. É uma árvore grossa, onde a raiz se espalha pelo solo debaixo da terra feito a jaqueira, a mangueira. A raiz do Tumbansi é muito longa, eu costumo dizer que é infinita. Foi muito suor, muito choro de minha mãe, muito sacrifício, muita necessidade, não tenho vergonha de falar, mas está lá hoje, um pedacinho de chão desapropriado pelo governo no passado. Ali, eu zelo com muito amor, carinho, humildade, respeito. Amor.

Eu deixei a minha juventude e estou deixando a minha velhice no terreiro Tumbansi. E digo aos meus filhos, meus filhos de santos e minhas irmãs, quando eu partir desse mundo, não quero que me deixem numa sala escura, numa funerária. Quero estar ali dentro [do terreiro]. Foi ali que eu nasci, dali não vou sair. Esse é o amor que tenho ao santo. É em nome dele, de Maria Genoveva do Bonfim, de Maria Neném, que eu estou aqui.

***Diana Mendes – Qual a importância do terreiro na resistência contra a intolerância religiosa que busca retirar as pessoas do espaço amoroso e da reafirmação?***

**Tat'etu Nkisi Katuvanjesi** – A atuação se dá na revalorização das pessoas. Quando você recebe uma pessoa que vem ao seu reencontro, em busca de uma palavra amiga, de fé, de otimismo, de esperança, você está combatendo todas as formas de violência. O terreiro é um espaço marcado pelo reencontro de pessoas independente da forma do corpo que adentra esse espaço. Por ser um espaço de ressignificação da vida, de acolhimento, de proteção, para além de ser um espaço de benção, o terreiro tem esse propósito.

O simbolismo de Maria Neném se traduz nesse combate. O apelido carinhoso Maria Neném é porque ela acolhia mulheres desassistidas, excluídas pela sociedade, vítimas de toda forma de violência e de racismo. E como eram mulheres sem condições de nutrir de sustento os seus filhos, elas passavam a viver com ela, e o apelido Maria Neném é porque ela registrava todas as crianças como filhas e filhos. Tinha vários filhos de criação, vários de adoção. Uma mulher que já pensava política de combate ao feminicídio, porque muitas eram mulheres que sofriam violência doméstica. Isso tem continuidade, não da mesma forma, mas pelo acolhimento. É muito comum a prática de políticas de combate a



essas violências pelo simples aconselhamento e o acolhimento. As pessoas não estão acostumadas a ter uma convivência social e no terreiro, elas passam a ter essa convivência de forma fraterna, saudável, familiar. O terreiro termina sendo um espaço de convivência familiar, e a líder do terreiro cumpre um papel importantíssimo de educação. Uma mulher como Mam'etu Nengwa Lembamuxi tem saberes e práticas que a Academia desconhece.

***Diana Mendes – Vocês conseguem se pensar em termos de uma identidade negra?***

**Tat'etu Nkisi Katuvanjesi** – Nós já nascemos pretos e isso vai tendo uma visibilidade a partir da entrada no processo de reafirmação, que é a iniciação. O santo Ihe dá uma identidade e essa identidade é preta. O reencontro com os nossos ancestrais, com a nossa espiritualidade já diz que somos pretos, independente da cor. O fato de sermos de candomblé, de sermos de culto a inquice indica que nós nascemos pretos.

Diana Mendes é Coordenadora do Ovir/CAAF.

Tatiana Carlotti é doutora em semiótica (Linguística-USP) e repórter do Fórum-21.

Apoio audiovisual: Léo Rodrigues (fotos) e Edu Abad (audiovisual).



O **Memorial da Resistência de São Paulo**, museu da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo, apresenta a exposição **Mulheres em Luta! Arquivos de Memória Política**, com curadoria de Ana Pato. A mostra tem como fio condutor o acervo de história oral do Memorial da Resistência que compõe o programa Coleta Regular de Testemunhos, com depoimentos de mulheres que viveram a violência de Estado no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e na Democracia.

Olhar para o período da Ditadura Civil-Militar sob a perspectiva de gênero é a linha que tece esta exposição, e através dos testemunhos, são abordadas as lutas coletivas de mulheres por Memória, Verdade e Justiça e por direitos fundamentais. Pelo que lutam? Como lutam? Quais são suas histórias?

De 7/10/2023 a 27/07/2024

Classificação indicativa: 12 anos

Fonte: @memorialdaresistenciaesp

Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas, e Memorial da Resistência de São Paulo apresentam

# MULHERES

Arquivos de Memória Política



# EM LUTA

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO



# Luana Alves

Preta feminista e a mais jovem vereadora de  
São Paulo.

Assista a entrevista realizada em 29/04/2023  
por Diana Mendes, Sheila Ribeiro, Julia Castro  
e Luciana Alves.





## **Saúde da mulher negra: violência racial, resistências e produção de saberes**

Giovanna De Carli Lopes, Idália Oliveira dos Santos, Cintia Spíndola Luciano, Márcia Lysllane da Silva Santos, Patricia Cardoso de Jesus, Thais Fernanda Gonçalves de Lima, Larissa Cordeiro

Foto: Thiago Fernandes

# Saúde da mulher negra: violência racial, resistências e produção de saberes

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Giovanna De Carli Lopes, Idália Oliveira dos Santos, Cintia Spíndola Luciano, Márcia Lysllane da Silva Santos, Patricia Cardoso de Jesus, Thais Fernanda Gonçalves de Lima, Larissa Cordeiro

O Projeto de Pesquisa “Saúde da Mulher Negra: resistências e produção de saberes” vinculado institucionalmente ao Observatório da Violência Racial (OVIR) e à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas (Praepa/Unifesp) e que conta com o apoio da Faculdade de Medicina/Unifesp vem sendo desenvolvido de maneira interdisciplinar e transterritorial a partir de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro/Londres. Sob a coordenação das professoras Diana Mendes e Ana Maria Espírito Santo, somos um grupo de pesquisadoras negras das áreas da Saúde e das Ciências Humanas que desenvolve a pesquisa em três eixos complementares. A partir da perspectiva e do compromisso de evidenciar a agência das mulheres negras na produção de vida, saúde e bem-viver, nossa pesquisa investiga, resgata e valoriza iniciativas emancipatórias de resistência frente às violências racistas a que somos submetidas enquanto mulheres negras. A economia do cuidado, a formação de doulas em uma perspectiva antirracista e a reivindicação do prazer como potência de vida, são algumas dessas iniciativas que pretendemos visibilizar.

Como nos ensinou Nego Bispo, esse projeto se iniciou muito antes de nós e não se encerrará com a finalização da pesquisa, pois nosso tempo, enquanto povo preto, não tem começo, meio e fim, como o tempo ocidental. Ainda que a necropolítica do Estado siga produzindo formas e discursos para validar e normalizar a nossa morte, potencializar saberes, sentires e experiências negras de produção de vida e de bem-viver fazem parte do nosso compromisso político e científico enquanto pesquisadoras negras.

Nesse sentido, o tempo desse projeto não é linear. Possui um começo, um meio e um outro começo, uma vez que um conhecimento que gira não tem fim. Além disso, nosso intuito não é encerrar o diálogo sobre as temáticas, mas sim abrir caminhos para um infinito de possibilidades em saúde e cuidado. Desse modo, os três eixos desse Projeto que se interconectam em uma perspectiva em espiral serão descritos a seguir.



O eixo desta pesquisa tem como objetivo analisar quais os desafios enfrentados pelas ativistas na manutenção do cuidado de mulheres negras atravessadas pelas violências estruturais cotidianas em seus territórios. A partir desse objetivo geral, pretende-se identificar: a. as demandas que levaram as ativistas a criar as coletivas; b. elucidar os desafios que elas encontram na construção de espaços de cuidado dentro do território; c. conhecer quais são as metodologias utilizadas pelas coletivas a partir de suas experiências e ações desenvolvidas para implementação nas Unidades de Atenção Primária à Saúde no território; d. mapear suas metodologias para contribuir à construção de políticas anti-racistas no âmbito do SUS.

Como país signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil reconhece a política de saúde como um direito de todos e dever do Estado. E, conforme a Lei No. 8.080, de 19 de Setembro de 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) determina em suas diretrizes que seja ofertado o cuidado em saúde em todas as etapas da vida dos indivíduos, assegurando acesso equânime, integral e universal. Entretanto, de acordo com a realidade brasileira, pessoas negras, mulheres e a população LGBTQIAP+ são os indivíduos mais negligenciados pelo Estado no acesso ao direito à saúde. Ainda que a população negra tenha protagonizado a construção e a consolidação do SUS, conforme destaca Jurema Werneck (2016, p.536), a partir de reivindicações da população negra, especialmente do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro, é notório que o acesso à saúde segue sendo oferecido de maneira desigual conforme a cor/raça, o gênero e a classe dos sujeitos. Por essas razões, o eixo de pesquisa se volta para as ativistas do cuidado como forma de aproximar saberes oriundos de movimentos sociais dos sistemas públicos. Como metodologia de trabalho, as pesquisadoras preparam encontros com as coletivas de mulheres do Grajaú, intitulados “Diálogos entre experiências entre ativistas do cuidado”, nos quais as vivências e protocolos de cuidado construídos por elas, figurem como base para desenvolver os objetivos da pesquisa.

### **O letramento racial na formação de doulas como uma estratégia de enfrentamento ao racismo obstétrico**

O campo da saúde reprodutiva no Brasil é atravessado pelas iniquidades raciais, produzindo principalmente elevadas taxas de mortalidade materna e violência obstétrica entre as mulheres negras comparativamente às brancas (FPA, 2010; LIMA, 2016). Além disso, dados recentes revelam que mulheres negras representam a maioria – 65% – dentre a alarmante taxa dos óbitos maternos do país (BRASIL, 2020). Entre as estratégias de combate à violência obstétrica



descritas na literatura, podemos citar a presença do acompanhante e da doula no momento do parto. Embora a doula não substitua o acompanhante e vice-versa, ter um acompanhante no cenário da assistência ao parto possui um efeito protetor frente a essa violência e está associado a um tempo menor de espera, maior chance de ser tratada com respeito pelos profissionais, maior privacidade nos exames e no parto, entre outros benefícios (d'ORSI et al., 2014). Com relação à doula, um estudo realizado na Bahia evidenciou que o acompanhamento por essa profissional proporcionou aumento do conforto materno, tranquilidade e redução da ansiedade, além de fortalecer o elo entre os profissionais e a paciente (SANTOS e NUNES, 2009). Uma revisão sistemática da Cochrane corrobora esses achados, recomendando que o apoio contínuo à parturiente seja realizado por um profissional treinado que não seja nem parte do círculo social da mulher, nem parte integrante da equipe assistencial da instituição de saúde, visto que os resultados se mostraram mais eficazes (HODNETT et al., 2013).

Na mesma linha dos estudos anteriormente citados e considerando o enfrentamento da problemática da violência racial no âmbito da atenção ao parto, entendemos a doulagem com letramento racial uma possível estratégia de enfrentamento ao racismo obstétrico. Apesar dos estudos já publicados tanto sobre os benefícios do acompanhamento por doulas, quanto sobre as consequências necróticas do racismo obstétrico (DAVIS et al, 2020), ainda não foi evidenciada na literatura a relação específica entre esses dois fenômenos: o acompanhamento por doulas antirracistas e o enfrentamento ao racismo obstétrico. Com o intuito de contemplar esse complexo cenário, este eixo tem como objetivo compreender se a doulagem com letramento racial pode ser estratégia de enfrentamento ao racismo obstétrico. Para isso, as pesquisadoras realizaram um encontro virtual com doulas e desenvolveram um formulário eletrônico dirigido a elas e a outras doulas antirracistas, independente da autodeclaração étnico-racial, com variáveis dicotômicas e politômicas. O estudo encontra-se na fase de análise das 71 respostas obtidas. Desta análise espera-se obter as informações necessárias que fomentem estratégias de enfrentamento do racismo obstétrico e que possam gerar subsídios para sustentar políticas públicas radicais, tal como a situação exige.

### **Corpo, sexualidade e bem-viver de mulheres negras: discutindo saúde sexual pela perspectiva feminina negra**

Dentro da produção de ativistas e intelectuais negras, evidencia-se como o adoecimento das mulheres negras está articulado a um processo de objetificação de seus corpos. Segundo Patricia Hill Collins (2019), foram construídas “Imagens



de controle” sobre mulheres negras, associando-as historicamente à uma sexualidade exacerbada, à promiscuidade e à imoralidade. Segundo Collins, tais imagens perpetuam a desumanização e objetificação dos corpos de mulheres negras.

Nesse contexto, o movimento de mulheres negras evidenciou como tais perspectivas reproduzidas nas pesquisas em saúde impactam negativamente a saúde sexual e reprodutiva das mulheres negras (SANTOS, 2008). Stanton et al. (2022) aponta como a objetificação sexual e permanência de padrões corporais eurocêntricos está associada a processos de adoecimento psíquico de mulheres negras (STANTON, 2022). Além disso, as mulheres negras também apresentam dificuldades no exercício de sua agência sexual, em sua auto expressão sexual ou priorização de seu próprio prazer (AVERY et al, 2022). Desse modo, os atravessamentos de gênero, raça, classe e sexualidade experienciados pelas mulheres negras influem no exercício de sua sexualidade e, portanto, nas suas possibilidades de bem-viver (PRESTES, 2018). Nesse contexto, esse eixo de pesquisa tem como objetivo analisar quais sentidos e práticas de cuidado têm sido produzidas pelos movimentos de mulheres negras e quais são seus impactos na saúde e bem-viver desse grupo social.

Além disso, buscamos promover o diálogo e a troca de experiência entre organizações de mulheres negras no Brasil e ativistas e pesquisadoras da área da saúde no Reino Unido a partir de um intercâmbio em andamento no país. Para tanto, realizamos inicialmente uma oficina junto às mulheres negras do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM) na cidade do Rio de Janeiro, debatendo assuntos como: acesso à informação em saúde sexual, sua comunicação com seus/suas parceiras/os; suas formas de experimentar o prazer; os atravessamentos da maternidade e do medo de uma gravidez indesejada no exercício de sua sexualidade. A partir da análise dos dados coletados na oficina e de sua reelaboração a ser realizada em Londres (Reino Unido), ensejamos indicar um conjunto de saberes elaborados por mulheres negras que possam figurar como base para políticas de promoção da saúde sexual e do bem-viver.

Assim, sob a perspectiva da agência de movimentos sociais e o impacto de seus saberes nas micro e macropolíticas em saúde, a pesquisa Saúde da Mulher Negra visa contribuir para o estabelecimento de elos qualificados entre sociedade civil organizada e sistemas públicos, de modo a promover a circulação de saberes na ampliação ao direito à saúde. O projeto conta, ainda, com o apoio do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros e da Escola Paulista de Medicina da Unifesp.



AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

AVERY, Lanice R. et al. The strong, silent (gender) type: The strong Black woman ideal, self-silencing, and sexual assertiveness in Black college women. *Archives of Sexual Behavior*, v. 51, n. 3, p. 1509-1520, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica no. 10/2020-COCAM/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. Atenção à Saúde do Recém-nascido no contexto da Infecção pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), 09 Abr. 2020.

DAVIS, D. A.; TEMPESTA, G. A.; ALMEIDA, M. E. T. de. Racismo obstétrico: a política racial da gravidez, do parto e do nascimento. *Amazônica*, v. 12, n. 2, p. 751-778, 2020.

d'ORSI, E. et al. Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. S154-S168, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. *O Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

FPA - FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa mulheres e gênero nos espaços públicos e privados. 2010. Disponível em: <[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)>. Acesso em: 11 mai. de 2020.

GÓES, Emanuelle Freitas. *Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional*. 2018. Tese de doutorado.



HODNETT, E.D. et al. Continuous support for women during childbirth. Cochrane Database of Systematic Reviews. The Cochrane Library, v. 7, n.CD003766, 2013.

LIMA, Kelly Diogo. Raça e Violência Obstétrica no Brasil. 2016. 25 f. Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: Interseccionalidade e bem viver. 2018. Doctorate Thesis. Universidade de São Paulo.

SANTOS, D. DA S.; NUNES, I. M.. Doulas na assistência ao parto: concepção de profissionais de enfermagem. Escola Anna Nery, v. 13, n. 3, p. 582–588, jul. 2009.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Brazilian Black women's NGOs and their struggles in the area of sexual and reproductive health: experiences. 2008. Tese de doutorado. Universidade do Texas.

STANTON, Alexis G. et al. Black women's experiences of gendered racial sexual objectification, body image, and depressive symptoms. Body Image, v. 41, p. 443–452, 2022.

TEMPESTA, Giovana Acacia; FRANÇA, Ruhana Luciano de. Nomeando o inominável. A problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica. Porto Alegre, ano 27, n. 61, p. 257–290, set./dez. 2021

In: O livro da saúde das mulheres negras – Nossos passos vêm de longe. Org.: Werneck, Jurema, Mendonça, Maisa e White, Evelyn C.; 1º edição – 2000 – Editora Pallas LORDE, Audre – Vivendo com câncer, pág. 76 –87.





## Perspectivas do antirracismo na formação em saúde e os impactos à população negra

Idália Oliveira dos Santos

Foto: Thiago Fernandes

# Perspectivas do antirracismo na formação em saúde e os impactos à população negra

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Idália Oliveira dos Santos

<sup>1</sup> Observatório da Violência Racial (OVIR), Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup> Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS), Instituto Gonçalo Muniz (IGM), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Salvador, Bahia, Brasil.

<sup>3</sup> Instituto de Saúde Coletiva (ISC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

[idalia\\_oliveira@yahoo.com](mailto:idalia_oliveira@yahoo.com)

## 1 Introdução

Raça é um constructo social, que por sua existência científica, está diretamente relacionada à realidade política e social, sendo categoria de exclusão e dominação social (Munanga, 2004). É empregada para denominar uma comunidade de pessoas que pertençam a grupos com características físicas ou ancestrais em comum ou possuam valores e crenças semelhantes. O que abre precedente para a caracterização desses grupos de forma preconceituosa e discriminatória (Geledés, 2012). Assim, a cor da pele é utilizada para categorizar grupos populacionais de diferentes origens étnico-raciais, respeitando 5 categorias: brancos, pretos, pardos (sendo negros a soma de pretos e pardos), amarelos e indígenas (IBGE, 2000).

No Brasil, faz-se necessário um giro histórico a partir do processo de colonização para entender a questão racial na contemporaneidade, onde a Europa e os brancos tornaram-se “centro” do mundo. Aos povos negros africanos restaram ser denominados de “outros”, sem desenvolvimento, atrasados e primiti-



vos. Outros esses que sofreram o apagamento de suas religiões, cultura, história e escrita (Jesus e Rocha, 2021).

O período colonial brasileiro foi marcado pela invasão europeia de territórios, genocídio de povos originários, sequestro de africanos e posterior escravização e epistemicídios. Mulheres e homens tiveram seus corpos violentados física, moral e psiquicamente. Disparidades de gênero foram observadas nas violências expressadas em estupros, retirada dos filhos e maridos para a comercialização (Nascimento, 2011).

Após a incompleta abolição da escravatura, não houve políticas públicas de reparação e inclusão, e a população negra deixou a condição de escravizados compulsoriamente para às margens da sociedade, sem direito à terra, educação, trabalho e saúde, ocupando cortiços, favelas e periferias (Borret et al, 2020). No imaginário sociopolítico se criou e vendeu mundialmente a ideologia da falsa democracia racial, com a existência de equidade entre as raças. Porém, diversos estudos seguem mostrando que a população negra detém os piores índices educacionais, maiores números de mortalidade materna e infantil, e elevadas taxas de desempregados, compondo o grupo historicamente vulnerabilizado. Onde o racismo gera benefícios e privilégios a um grupo racial em detrimento de outros, produzindo desigualdades que são refletidas nas dinâmicas institucionais, na política e economia da sociedade (IBGE, 2019; Almeida, 2019; Nascimento, 2011).

Outro processo histórico que deve ser pontuado, é a sistematização de teorias científicas racistas, ocorrida a partir do século XIX. Teorias essas que objetivavam justificar a colonização e escravização, por meio de afirmações de que a população negra possuía o cérebro menor sendo destituídos de deter intelecto, vistos como mais agressivos e selvagens. Ideia que se perpetua até a atualidade no imaginário social, inclusive entre profissionais de saúde (Borret, 2020).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (2009), surgiu para reiterar que a hierarquia racial perpetuada e reproduzida segue sendo um determinante social e de saúde, através do racismo sistêmico (Brasil, 2019).

Esse artigo objetiva apontar a relevância do ensino das disparidades raciais na formação em saúde ressaltando a importância das práticas antirracistas no exercício profissional, o que justificado pelo fato da população negra compor o maior grupo populacional do país, torna-se indispensável que profissionais da saúde reconheçam o racismo e seus pressupostos, podendo contribuir no amplo sentido da saúde.



No Brasil é legalmente obrigatório o preenchimento dos dados de raça/cor nos sistemas de informações Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando como referência os padrões do IBGE, respeitando a autodeclaração do usuário, pois objetiva-se delinear o perfil epidemiológico da população, publicizar possíveis impactos como os do racismo no processo de adoecimento, e gerar dados para auxiliar no planejamento de políticas públicas que considere as especificidades de cada grupo racial (Brasil, 2017).

Essa publicização dos dados, torna-se oportuna para a compreensão de demandas específicas da população negra e possibilita a criação de estratégias de acesso ao cuidado em saúde que visem a equidade racial. Exemplo recente de que profissionais de saúde não reconhecem os impactos do racismo na saúde da população, foram as notificações da Síndrome Respiratória Aguda (SRAG), onde evidenciou-se na apresentação dos dados desagregados por raça/cor, que cerca de 50% tinha esse quesito ignorado (Brasil, 2020; Araújo et al, 2009). Fato que demonstra que mesmo após ser estabelecida legalmente a incompletude dos dados do quesito raça/cor nos sistemas de notificação, segue ocorrendo, mostrando a necessidade da participação popular por meio dos movimentos sociais para que as formações profissionais tratem das temáticas de raça e racismo (Dalia et al, 2019).

A população negra é maioria entre pessoas com precarização das condições de moradia, escolaridade, emprego e renda, o que mostra como o racismo atravessa o processo estrutural do país e perpetua as vulnerabilidades (IBGE, 2019). No quesito saúde, esta população possui maiores morbidade e mortalidade, sendo as mulheres negras as que têm maiores índices de morte por causas preveníveis e evitáveis (Carneiro, 2023).

Apesar da população negra equivaler a 67% dos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS (Sistema Único de Saúde), ela ainda é a que menos acessa serviços de atenção primária, como consultas e exames (Brasil, 2017).

### 2.1 Formação acadêmica em saúde e racismo

A falsa democracia racial que propaga a ideia de consonância racial entre negros, brancos, e indígenas vivendo harmoniosamente com trocas culturais, contribui para a permanência do racismo, fortalecendo o silenciamento diante do evento e a forte negação de sua existência (Gonçalves, 2017; Munanga, 2008).



Apesar das ações afirmativas, a população negra permanece tendo menor acesso à educação formal, principalmente de nível superior, assim como também é o menor percentual entre os docentes. Onde jovens brancos equivalem ao dobro dos negros que acessam ao ensino superior, entre docentes apenas 16% dos 400 mil profissionais da categoria são negros, fato que demonstra disparidades no acesso ao nível de ensino superior sendo uma das faces do racismo sistêmico (Mateus, 2019; IBGE, 2019).

Diante da luta dos movimentos negros, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) instituíram o ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Africana, o que orienta que a inserção dos estudos das relações étnico-raciais seja inserida em todos os níveis de ensino (Brasil, 2004).

Apesar da PNSIPN, em suas estratégias, vislumbrar ações acerca do combate e prevenção do racismo institucional no ambiente de trabalho, nos processos de formação e educação permanente de profissionais, de forma articulada com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a implementação de ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde e promoção da igualdade racial, a não conscientização da existência do racismo por partes dos educadores e profissionais de saúde ainda permanece latente (Brasil, 2009; Batista, 2019).

É o que mostra a pesquisa realizada com profissionais de saúde de diferentes categorias (médico, enfermeiro, psicólogo) e regiões do país, que em suas formações acadêmicas e na educação continuada, nunca tiveram abordadas temáticas relacionadas a raça/racismo, não considerando a diversidade da população brasileira; assim a formação em saúde permanece sendo tecnicista, biologicista, centralizada na doença e não observando o sujeito com suas interações sociais (Gonçalves, 2017).

### 3 Conclusão

Conclui-se que o combate ao racismo estrutural/institucional na saúde é uma responsabilidade de todos. Profissionais da saúde devem tensionar a presença de temáticas raciais também no ensino acadêmico e científico, pois capitaneia práticas discentes e docentes da saúde, como estratégia importante para estimular mudanças necessárias e urgentes nas grades curriculares, com vista a um cuidado em saúde antirracista, equânime e universal. Para a população negra é difícil viver em um país racista, que nega a existência da opressão, sendo que sua existência impacta diretamente no processo de saúde e adoecimento, e segue como fomentador da morbidade e mortalidade de vidas negras. Profissionais de saúde de todas as categorias, têm papel fun-



damental no empenho do combate ao racismo na saúde e em todas as esferas sociais. Mudanças nesse cenário requisitam comprometimento, autoconhecimento, sendo essencial reconhecer seus entraves, driblando as adversidades. Como exposto, negros compõem a maior parcela da população do país e dos usuários assistidos no Sistema Único de Saúde, portanto é importante que os profissionais conheçam os pressupostos que os atingem, contribuindo para a desconstrução dos estigmas e preconceitos, fortalecendo uma identidade negra positiva, reduzindo as vulnerabilidades em saúde.

## Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen. 2019.

BORRET, R. H. et al. Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. Rev. bras. educ. med. 44 (Suppl 01), 2020. Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200405>

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação; 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lea-fro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 21 abril 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Ministerial no. 344 de 01/02/2017. Brasília, DF, 2017. 15 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. Brasília; 2017. 3a ed.

BRASIL. Boletim Epidemiológico Especial 21. Secretaria de Vigilância em Saúde. Semana Epidemiológica 27 (28/06 a 04/07). Brasília: Ministério da Saúde; 2020.

DALIA, E. R. et al. Tendência e desigualdade na completude da informação sobre raça/cor dos óbitos de idosos no Siste-



ma de Informações sobre Mortalidade no Brasil, entre 2000 e 2015. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro. 2019.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. O que é raça? 2012. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/o-que-e-raça>>. Acesso em: 23 abril 2023.

GOÊS, E. A. Saúde das mulheres negras: enfrentamento ao racismo também se dá no acesso à assistência. Saúde com Ciência: Faculdade de Medicina Universidade Federal de Minas Gerais. 2021. Minas Gerais. Disponível em: < <https://www.medicina.ufmg.br/saude-das-mulheres-negras-enfrentamento-ao-racismo-tambem-se-da-no-acesso-a-assistencia/>>. Acesso em: 18 abril 2023.

GONÇALVES, M. M. Raça e Saúde: Concepções, Antítese e Antinomia na Atenção Básica. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) –Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017. doi: 10.11606/D.6.2018.tde-07022018-122142. Acesso em: 23 abril 2023

IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Características Gerais dos Moradores 2020–2021. Disponível em: < [chrome-extension://efaidnbmninnkpbpcjpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957\\_informativo.pdf](chrome-extension://efaidnbmninnkpbpcjpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf)>. Acesso em: 16 abril 2023.

IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: notas técnicas [Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, no. 41]. Rio de Janeiro: IBGE; 2019.

JESUS E ROCHA, Valdivina Francisca RACISMO ESTRUTURAL trajetórias de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP 2021 Dissertação (Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social 2021 Disponível em [https://repositoriounifesp.br/bitstream/handle/11600\\_62291/Valdivina 20 Francisca 20 de 20 Jesus 20 e 20 Rocha 20 20 Disserta c 3 a 7 c 3 a 3 o 20 de 20 Mestrado 20 202021 pdf?sequence= 1 &isAllowed=y](https://repositoriounifesp.br/bitstream/handle/11600_62291/Valdivina%20Francisca%20de%20Jesus%20e%20Rocha%202021.pdf?sequence=1&isAllowed=y)



MATEUS, F. O. Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>. Acesso em: 21 abril 2023

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

MUNANGA, K. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Autêntica 3. Belo Horizonte. 2008

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções da raça, racismo, identidade e etnia. Universidade Federal de Minas Gerais. 2004. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> >. Acesso em: 20 abril 2023.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Perspectiva. São Paulo. 2011





## O projeto Unifesp negra na promoção da equidade racial em saúde e no combate ao racismo na universidade

Flávia Saraiva Leão Fernandes (Unifesp)  
Beatriz de Souza Lima (Unifesp Negra)  
Gabriel da Silva Brito (Unifesp)  
Isabele Maria de Matos Cândido (Unifesp)  
Izabella Alves de Carvalho (Unifesp)

# O projeto Unifesp negra na promoção da equidade racial em saúde e no combate ao racismo na universidade

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Flávia Saraiva Leão Fernandes (Unifesp), Beatriz de Souza Lima (Unifesp Negra), Gabriel da Silva Brito (Unifesp),  
Isabele Maria de Matos Cândido (Unifesp), Izabella Alves de Carvalho (Unifesp)

Em outubro de 2021, o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (CONSU Unifesp) aprovou a Política Carolina Maria de Jesus de Promoção de Equidade Étnico-racial que pretende repensar as estruturas da universidade, pautando transversalmente a Lei No. 10.639/2003, políticas de assistência estudantil, implementação de projetos e entre outros, com um recorte raça/cor. De caráter estruturante e transversal, a política institui ações estratégicas em cinco eixos: cartografia étnico-racial da Universidade; formação inicial e continuada em educação para as relações étnico-raciais; programa permanente de prevenção ao racismo, discriminação e preconceito voltado para a sua comunidade acadêmica; programas de reserva de vagas de servidores para pessoas negras e indígenas; programas considerando critérios étnico-raciais, em relação aos(as) estudantes negros(as) e indígenas.

Visando contribuir para a implementação da Política Carolina Maria de Jesus de Promoção da Equidade e Igualdade Étnico-racial, foi criado o Projeto Unifesp Negra no âmbito da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas (PRAEPA) com o objetivo de intervir no território institucional da Unifesp para promoção da equidade racial em saúde e o combate ao racismo, com foco nas mulheres negras. Compreendendo o território como uma construção social marcada pelas relações de identidades, diferenças, desigualdades, tensões e conflitos; pelas apropriações objetivas e simbólicas do espaço; pelos comportamentos, objetivos, desejos e necessidades bem como pelas práticas espaço-temporais (Dias & Seixas, 2019), o Projeto Unifesp Negra tem caráter prático e contínuo para o combate ao racismo no ambiente universitário em suas diferentes dimensões. Fruto de uma Emenda Parlamentar do Deputado Federal Orlando Silva na temática da Saúde da Mulher Negra, o projeto conta com pesquisadores e pesquisadoras especialistas na Saúde da População Negra nas áreas de Saúde Mental, Epidemiologia e Ciências Humanas em Saúde, além de estudantes de graduação. O Projeto da Unifesp Negra iniciou em maio de 2023 por meio de reuniões periódicas da equipe com o intuito de discutir a Política Carolina Maria de Jesus e seu plano de ação, a fim de definir suas frentes de trabalho, resultados e produtos a serem entregues e metodologias. Des-



de então, o projeto tem se organizado em dois eixos temáticos: Saúde e Ensino, tendo em vista suas possibilidades de atuação no âmbito da PRAEPA e de acordo com os eixos da Política Carolina de Jesus. Os eixos temáticos propostos visam aprofundar o processo de quilombismo da população negra da comunidade acadêmica da Unifesp. Proposto pela historiadora Beatriz Nascimento, o quilombismo é entendido como o conjunto de práticas, cotidiano e resistência da comunidade negra. Ainda para a mesma autora, os quilombos são assentamentos sociais, em que um ou mais sujeitos subjugados por um sistema opressor altamente articulado e atualizável como o racismo vislumbram e criam outras possibilidades para o desenvolvimento de suas potencialidades e aptidões (Nascimento, 1985). Assim, o projeto reconhece, contesta e afirma (Alves, 2010) a existência de uma Unifesp Negra, se configurando como um território político de resistência.

**Eixo saúde** – O eixo saúde tem a finalidade de compreender e intervir no processo saúde-doença-cuidado da comunidade acadêmica considerando a interseccionalidade entre gênero, raça/etnia e nível socioeconômico. Desta maneira, a Unifesp Negra atua em 2 frentes de trabalho:

**1. Produção de dados/informações quantitativos relativos à composição étnico-racial da Unifesp e sua condição de saúde**

Os impactos do racismo na determinação social da doença são evidenciados nos diversos estudos epidemiológicos que demonstram as vulnerabilidades e iniquidades em saúde da população negra brasileira. Partindo da premissa que “indígenas, negros e brancos ocupam lugares desiguais nas redes sociais e trazem consigo experiências também desiguais de nascer, viver, adoecer e morrer” (Lopes, 2005, p. 64), esta frente pretende dar maior visibilidade às necessidades de saúde da população negra da comunidade acadêmica da Unifesp, considerando a interseccionalidade entre gênero, raça/etnia e nível socioeconômico, de forma a subsidiar planos de ação para o enfrentamento ao racismo institucional. Para tanto, os bancos de dados sobre perfil do ingressante da Unifesp produzido anualmente pela PRAEPA serão explorados e analisados cruzando variáveis de raça/cor; gênero e classe a fim de dar visibilidade às especificidades de saúde do corpo discente negro.

**2. Promoção de acolhimento para mulheres negras da comunidade Unifesp**

A criação de espaços protegidos de fala, escuta, cuidado e afeto para mulheres negras, é de extrema relevância na busca pela implicação dos sujeitos e na resignificação da experiência de ser negra. A criação de espaços seguros e terapêuticos para mulheres negras é essencial para promover a expressão autêntica de suas experiências e fortalecer



suas identidades. (Sousa, 1983; Kilomba, 2019; Nogueira, 2021). Assim, a Unifesp Negra promove a Oficina de Escrita de Si – do Diário de Bitita à Política Carolina Maria de Jesus, uma oficina de escrita criativa onde as participantes fazem exercícios práticos de escrita de si a partir das suas experiências e de leituras compartilhadas do livro Diário de Bitita entre outras obras de Carolina Maria de Jesus. A estratégia de Escrita de Si, conforme delineada por Sueli Carneiro, é um poderoso instrumento de empoderamento e resistência, voltado para a narrativa e expressão das vivências pessoais e coletivas de indivíduos marginalizados e oprimidos. Carneiro enfatiza a importância de que as vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas e legitimadas por meio da escrita, permitindo a reconfiguração da própria identidade e a desestabilização das narrativas dominantes. Através desta estratégia, as mulheres são capacitadas a recontar suas histórias, confrontar estereótipos prejudiciais e contribuir para a construção de uma visão mais inclusiva e justa da sociedade.

**Eixo ensino** – O eixo ensino tem a finalidade de compreender e intervir processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação da área da saúde, com o intuito de contribuir com a formação profissionais de saúde dentro de uma prática em saúde antirracista, que considere o impacto das relações étnico-raciais e sua interseccionalidade com gênero, classe e outras avenidas identitárias (Akotirene, 2018) no processo de saúde e adoecimento. Desta maneira, a Unifesp Negra atua em 2 frentes de trabalho:

#### **1. Estudo sobre o currículo formal dos cursos da área da saúde**

A formação de profissionais de saúde no tema das relações étnico-raciais é estratégica para o combate ao racismo institucional na saúde. A introdução da temática nas instituições de ensino na área da saúde é prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2003) e na Política Nacional da Saúde Integral da População Negra (Brasil, 2009). Ambas as políticas embasam as frentes de trabalho do eixo ensino, e servem de instrumentos para o combate ao racismo institucional no sistema de saúde brasileiro (Monteiro, 2016). Assim, a Unifesp Negra está realizando uma análise documental dos projetos políticos pedagógicos dos 14 cursos da área da saúde da Unifesp a fim de analisar a inserção da temática da Saúde da População Negra nos currículos e suas referências bibliográficas

#### **2. Promoção de discussões acerca da Educação para as Relações Étnico-raciais na Saúde**

A promoção de uma educação antirracista tem como objetivo formar profissionais capazes de reconhecer os impac-



tos do racismo no processo saúde-doença-cuidado, acolhê-los e lidar com eles, minimizando as chances de os profissionais reproduzirem práticas racistas, que implicam em diversos prejuízos como levantamento de hipóteses diagnósticas equivocadas, negligência e iatrogenias, em especial na saúde das mulheres negras (Borret, 2020). Assim, visando uma troca de saberes entre docentes e pesquisadoras que contam com um acúmulo rigoroso de experiências na temática étnico-racial em saúde, a Unifesp Negra propôs a Mesa de Debate “Descolonização dos currículos de cursos da área da saúde: experiências e desafios atuais” no âmbito da Semana da Consciência Negra Unifesp 2023. Será um momento de partilha de estratégias de consolidação de marcos curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais na Saúde em universidades brasileiras, diante da persistência de iniquidades raciais em saúde, considerando o papel do Ensino Superior na luta contra o racismo.

### **Considerações finais**

A Universidade Federal de São Paulo, ao dispor da Política Carolina Maria de Jesus de Promoção da Equidade Étnico-racial, propõe uma ruptura na estrutura que por anos permaneceu sob égide de um campo político discursivo pautado na meritocracia, no receio da implementação das políticas afirmativas, no pacto estabelecido entre a branquitude em manter as estruturas desde quando a instituição era circunscrita à Escola Paulista de Medicina. O Projeto Unifesp Negra, portanto, tem o papel de aglutinar as diversas experiências da comunidade acadêmica, dando uma maior visibilidade às população negra da comunidade da Unifesp, levando em consideração a história, a cultura, o social e econômico de cada campus, de forma a subsidiar planos de ação para o enfrentamento ao racismo institucional no âmbito da Educação Superior.



AKOTIRENE, Carla. O que interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento/Justificando. 2018

ALVES, Miriam. BrasilAfro Revelado. Coleção Revelando África – Volume 7. Belo Horizonte: Nandyala. 2010.

BORRET, Rita Helena et al. Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2020, v. 44, n. Supl. 01

BRASIL. Portaria no. 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Ministério da Saúde (MS) Brasília: MS; 2009.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003

DIAS, Ricardo Cunha; Seixas, Paulo Castro. Territorialização de Políticas Públicas, Processo ou Abordagem. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, no. 55. 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano. Oliveira J, tradutora. Rio de Janeiro: Editora Cobogó; 2019. 248 p.

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra. In: Batista, Luiz Eduardo.; KALCKMANN, Suzana. (Org.). Seminário Saúde da População Negra no Estado de São Paulo 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005a, p. 53-102

MONTEIRO, Rosana Batista. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das



relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Saúde e Sociedade [online]. 2016, v. 25, n. 3 [Acessado 17 setembro 2022], pp. 524-534.

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

NASCIMENTO, Beatriz. O Conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora, n. 6-7, p. 41-49. 1985.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A cor do inconsciente: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva. 1a. edição 2021.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Coleção Tendência. v. 4. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1983. 88 p.





## Subvertendo o não-lugar como potência

Maria Eduarda Novais Pereira

Foto: Thiago Fernandes

# Subvertendo o não-lugar como potência

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Maria Eduarda Novais Pereira

## Resumo

Faço desse ensaio uma encruzilhada entre muitos autores que pensam e vivem o que produzem, com o objetivo principal de lançar luz sobre caminhos que possibilitam a criação de novos mundos, ou cosmovisões, como se atém Antônio Bispo dos Santos. Iniciando pelo devir-negro no mundo, de Achille Mbembe, para o Devir Quilombista citado por Jorge Vasconcellos e Beatriz Nascimento, que perseguem assim esse desejo consciente de vida. Esse fluxo de ideias e teorias, passam através da reflexividade, pelo palco do afroperspectivismo, de enxergar em mim, este corpo marginal, como uma estética política-afetiva de criação de diferenças tal como Deleuze e Guattari trazem em seus trabalhos (1997). Fluindo por esses rios, que obtenho do não-lugar o espaço de criação de vida, enxergando potência na indefinição, em complexos e retirando a máscara da neurose que Lélia Gonzalez nos apresenta. Essas diferentes teorias, entretanto, possuem um ponto em comum, a força engajada no fazer viver.

**Palavras-chave:** afroperspectivismo, potência, criação, devir-negro, quilombismo.

*No instante em que o capitalismo quer reduzir-nos a coisa e mercadoria, o negro tornou-se símbolo do oposto: desejo consciente de vida, força engajada na criação (Mbembe, 2018).*

Como bem elucida Achille Mbembe em seus livros *Necropolítica* (2018) e *Crítica da Razão Negra* (2018), a revolução não se faz por tomar de assalto o centro, de enegrecer o poder ou tomar isso como um novo Devir. A loucura codificada é esse fetiche pela branquitude que ainda nos move por uma assimilação ao mundo bran-



co-europeu. De modo que, a revolução se trata de uma mudança na psique e a extinção de uma loucura implantada, sendo necessário rastrear esse lugar vertiginoso, que acomete nosso ser e nossas experiências no mundo.

Me coloco nessa produção a partir da filosofia afroperspectivista, sendo baseada na afrocentricidade, no perspectivismo ameríndio e quilombista, assumindo a potência inscrita do não-lugar que somente uma intelectual menor, como define Deleuze, é capaz de produzir diferenças. Se tratando da escrita de um corpo situado à margem, este artigo tem por acepções a afroperspectividade de Renato Nogueira e Wallace Lopes Silva, que lançam o horizonte de inúmeras categorias de sujeitos que possuem seus próprios desejos e interesses, além, do perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro, confluindo com o pretuguês de Lélia Gonzalez e a escrevivência de Conceição Evaristo. Dessa forma, nesse movimento circular de um aquilombamento, eu me volto para os meus, de escrever para além da academia ao mesmo tempo que me coloco dentro dela. E essa, é a primeira potência a se nomear aqui, somente grupos menores<sup>1</sup> que não fazem parte do cânone tido como modelo, conseguem perpassar, atravessar, e expandir, sobre suas próprias experiências a pensar um novo modo de ser e estar no mundo. O movimento considerado ser subjetivo e particular tem a potência ávida de construir outros sistemas-mundos para além da dominação, já que a ideia de mundo foi construída por narrativas que não são as nossas.

Não pretendo aqui construir um outro modelo de escrita universalizante, pois não tomo como lugar fazer uma nova representação do centro, mas sim, propor diferenças significativas, novos modos e não modelos, fundamentados na heterogênesse proposta por Félix Guattari (2002). A expressão artística, pode ser outro norte de interpretação do meu trabalho, que não contém um lugar de aprisionamento, mas uma cosmovisão que permite discutir e elaborar sobre outras perspectivas.

Essa escrevivência não se trata de uma autoetnografia da dor, pois o que eles – colonizadores – mais querem é nos fixar no lugar do adoecimento psíquico. Dessa forma, a afrocentricidade aqui parte da potência de vida, do conhecimento atravessado pela relação familiar, com a comunidade, professores, amigos e amores. O afeto é o que me faz transitar entre esses mundos, mas de não ter como desejo a dominação e sim a confluência, como bem elabora Antônio Bispo dos Santos. Dentro desses afetos, início por um relato muito simbólico que minha mãe escreveu em breves palavras:

**Lembro-me como se fosse hoje eu indo te buscar na creche. Você, uma linda criança negra com seus 5 anos e sua professora com os olhos brilhando veio até mim e me disse:**

**- “Mãe, a sua filha é uma criança que possui um potencial incrível, hoje ela me surpreendeu. Quando todos**

<sup>1</sup> Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua obra ‘Kafka: por uma literatura menor’, lança o devir minoritário a partir de uma visão contra-hegemônica de ser e estar no mundo, produzindo diferenças.



aceitaram o que eu tinha dito e somente ela foi contra, dizendo que não era assim.”

Eu já devo ter contado essa história a você um milhão de vezes e se eu pudesse eu daria um abraço bem apertado na sua professora e diria que ela tinha razão, você se transformou em uma potência e tudo que fizemos para agregar de conhecimento, você está desfrutando dele agora. Por isso, venho te dizer que tenho muito orgulho de você, a nossa ancestralidade por décadas se calaram, eu me calei normalizando o preconceito. Grite filha, grite bem alto para todos te ouvirem!!!’(MÃE, 2022)

Essa é uma das histórias que eu mais ouvi e que minha mãe tinha muito orgulho em me contar. Com 5 anos, eu estava discutindo sobre a cor de um ovo que não deveria ser rosa, porque naturalmente e com base na minha realidade eu nunca tinha visto um ovo rosa. Me recusei a pintar, não fazia sentido seguir com aquele desenho se a cor não era essa, se aquele não era o seu lugar. Confesso que hoje, eu pintaria o ovo de rosa ou de qualquer cor que me apresentasse, não porque eu me apoio em uma multiplicidade, mas o racismo fez com que pessoas negras, como eu, estivessem sempre suscetíveis ao erro colocando sobre elas a dúvida, a neurose, como bem enegrece Lélia Gonzalez. O que me leva a duvidar de mim mesma é o que considero ser esse movimento silencioso de asfixiamento do racismo, que lhe faz recuar, se calar e querer se proteger.

Aos 5 anos esse medo ainda não tinha se apresentado, assim como eu não tinha entendido porque tamanha a felicidade da minha mãe ao ouvir do meu questionamento, mas como ela relata, nossa família composta em sua maioria por mulheres negras retintas, foi criada durante décadas para ser silenciosa. Mesmo dentro de casa, o racismo moldava essas relações, calando-as da maneira mais cruel a partir de uma moral-cristão-patriarcal que jamais poderia ser questionada. Minha mãe conseguiu perceber esse movimento, o movimento que lhe impuseram e no qual ela não queria me criar sobre. Portanto, não me leia com esses olhos tristes e cabisbaixos, eu não falo somente do lugar da dor; como já dito, minhas teorias são formuladas a partir da minha relação interseccional com o mundo, que se compõe pelas noções de raça, classe, gênero, e o lugar de minha mãe no mundo pois este passa a ser o meu lugar ou o meu não-lugar também. Tudo que envolve a minha comunidade tem me atravessado desde muito cedo, minhas teses surgem daí, da cor do ovo, do silenciamento de mulheres que sustentam toda uma família, das violências diversas e do afeto que me deu esperança para recomeçar.

A ancestralidade da minha família agora parte de um lugar de luta, de uma ação conjunta, de um ponto em comum: nunca abaixar a cabeça. E isso também é ser contra-colonial, agir contra a submissão que esperam de mulheres negras. E sem essa noção eu não sobreviveria, por mais dura que seja a educação de uma criança negra — e isso se trata de um passado colonial de uma sociedade que opera por meio do mito da democracia racial — de modo que a ruptura familiar é um projeto.



Direcionando a um devir, Mbembe apresenta sua tese sobre o ‘devir-negro do mundo’ descrevendo a noção de negritude enviesada pelo capital, sendo ela uma assimilação à maquinaria, negando a humanidade do homem negro e o colocando como uma coisificação a dispor do mercado sobre condições escravistas. De modo que me relaciono com a negritude a fim de usurpar seu saber, sua força e alastrar uma falsa ideia de outro. A lei da vadiagem de 1942 no Brasil é um exemplo dos muitos mecanismos da necropolítica de se fazer vigiar e punir, uma legislação colonial mas que possui uma moral transcendente que opera sobre os dias atuais. O que é o homem negro se ele não estiver no lugar de provedor da família?

Mas o que seria essa força engajada na criação, que Mbembe cita? O Devir Quilombista de Jorge Vasconcellos atravessado em rios como de Nêgo Bispo, Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, me reverte, possibilitando a criação de perspectivas de mover-se como água entre pedras. Às vezes o rio seca, a chuva não cai, eu fico paralisada pela dor, mas quando chove, chove muito, e eu me lembro de tudo que sou. Eu crio formas de habitar a partir desses autores, autores que consideram minhas práticas de vida como saber, bem como uma ação política. Se Vasconcellos aborda uma ação-estética política, posso considerar meu corpo negro como uma estética, uma estética que a todo momento que respira reverbera em ação, ação contra o estado, ação contra-colonial, ação de vida e eu me movo no sentido da vida, não quero mais ser um homem-objeto como identifica Achille Mbembe e ainda, não busco por uma humanidade do homem negro enquanto raça como traz Beatriz Nascimento, mas caminho conjuntamente pelo fluxo da indefinição de Jota Mombaça ao mesmo tempo que me autodefino. Eu me mantenho à margem, imersa em meus complexos<sup>2</sup>, essas tais experiências incapturável é o que me torna negro, é o que contempla o meu eu.

Tal complexo e as formas de se relacionar que Nêgo Bispo apresenta de sua vivência quilombola, se trata de um ‘eu’ que também é sagrado, místico, livre e até mesmo profano e dificilmente pode ser capturado pelas mãos capitalistas de um padrão heteronormativo. Pois, nessa criação de uma imagem de poder, me fez perceber que eu posso ser tudo que quiser; se eles criam, por que eu não? E não é sobre a banalidade de se criar uma oposição, a partir de uma lógica de inimizade, ou mesmo, de vida e morte como extremos absolutos que ainda aprisionam a diáspora, em uma sombra sem vida. O Devir Quilombista é ação – agenciamento negro – nossas relações são políticas, nutridas por vínculos, por sede até mesmo de justiça, mas até o ódio precisa ser organizado, direcionado estrategicamente para que não se torne uma bola de fogo que pode te ferir antes mesmo que você consiga arremessá-la. É necessário resgatar a memória

<sup>2</sup> Beatriz Nascimento em sua obra ‘Uma história feita por mãos negras’, elucida que para escrever uma história do negro, é necessário estudar seus complexos, afirmando-os como parte da nossa experiência no mundo.



cultural e espiritual de práticas de quilombamento que levam de encontro a nossa própria natureza. Esse duplo movimento de me autodefinir e morar na indiferença é uma potência desse Não-Lugar.

## Referências

DELEUZE, G e GUATTARI, F. Kafka: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1997. DELEUZE, G e PARNET, C.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, Anpocs n. 2, p. 223-244, 1983.

MARGEM, SÃO PAULO, No 16, P. 91-106, DEZ. 2002

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

REDAÇÃO OUTRAS PALAVRAS. Achille Mbembe: O devir-negro do mundo – Outras Palavras.

RATTS, Alex (Org.). Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.



SILVA, Wallace Lopes (Org.). Sambo, logo penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis/Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

VASCONCELLOS, Jorge. A Lança e o Arco, ou Por um devir-quilombista da arte. Revista Farol, [S. l.], v. 17, n. 24, p. 39-44, 2021.



The image features a dark, textured background, possibly a scan of a book cover or endpaper. A large, white, brush-stroke-like shape is centered on the page, containing text. The text is in a clean, sans-serif font. The overall aesthetic is minimalist and artistic.

Classe, saúde e raça durante a ditadura militar:  
um breve estudo da relação entre benzenismo e  
a companhia siderúrgica nacional

Luis Felipe Silva

# Classe, saúde e raça durante a ditadura militar: um breve estudo da relação entre benzenismo e a companhia siderúrgica nacional

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Luis Felipe Silva

## Introdução

O presente estudo, refere-se à pesquisa e investigação de violações raciais durante a ditadura militar (1964-1985) por parte da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) às famílias e aos trabalhadores vinculados diretamente ou indiretamente à empresa, organizada pelo CAAF/UNIFESP em parceria com a UFF – Universidade Federal Fluminense. A pesquisa parte da hipótese de que é possível tratar do fenômeno da violência racial durante a Ditadura Militar em contexto empresarial. Para tanto, busca identificar formas materiais e simbólicas em que a dimensão racial se faz presente em termos de violências e violações dos direitos trabalhistas e dos direitos humanos.

De minha responsabilidade neste projeto, parti em busca de evidências acerca de uma sobreposição de mão de obra negra em áreas expostas ao gás Benzeno, a partir de periódicos contendo notícias que apresentassem denúncias acerca dos casos de Benzenismo<sup>3</sup> – e posteriormente leucopenia – envolvendo a CSN e seus operários. Em sequência, a metodologia estruturada para as análises e provocações que farei a seguir vem a partir dos enquadramentos analíticos e interpretativos acerca da produção jornalística – dividida em imprensa nacional e a imprensa negra. Estes puderam ser estudados e analisados, segundo o entendimento que cada tipo de imprensa tinha sobre a temática das relações raciais no Brasil. Isto posto, foi feito um apanhado na base de digitalizações do Acervo de Cultura Contemporânea (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), à procura de documentos contendo denúncias ou descrições sobre as intoxicações por benzeno na CSN.

Sendo uma de nossas fontes utilizadas nesta pesquisa, a imprensa escrita vai além de um órgão privado ou estatal com interesses estritamente financeiros. A imprensa é vista como um instrumento de poder que visa retratar valores e interesses de determinados setores da sociedade. Isto posto, a perspectiva adotada entende o uso do periódico a partir de seu produto em recriar determinada realidade à visão da classe ou grupo racial que o detém, fruto da arti-

<sup>3</sup> Intoxicação por excesso de inalação do gás Benzeno ocasionando a diminuição de glóbulos brancos – leucopenia.



culação entre ideologia, representação simbólica e interesses políticos e econômicos. Em nosso país, merece destaque ainda grande concentração da propriedade dos meios de comunicação em torno de poucas famílias da elite, normalmente percebidas e auto identificadas como brancas, isto reflete algumas semelhanças em críticas nos jornais da grande mídia, pois apesar de terem projetos editoriais diferentes, o lugar social a partir do qual são elaborados se assemelham.

A partir deste enquadramento analítico, acerca da imprensa nacional, a pesquisa se direcionou aos periódicos presentes no banco de dados da Hemeroteca digital. As buscas foram orientadas, principalmente, por reportagens que expunham, descreviam e contextualizaram a violação aos operários da CSN por intoxicação por vazamento de gás benzeno pela própria empresa. Muitos operários, em sua grande maioria trabalhadores negros da área Coqueria<sup>4</sup>, tiveram a doença conhecida como leucopenia devido a intoxicação por benzeno. Por essa razão, as variações do termo benzeno foram decisivas para as buscas realizadas nos periódicos.

Dentre os jornais a nível nacional e estadual, foram catalogadas reportagens do Jornal do Brasil e do O Fluminense, respectivamente. Em conseguinte a nossa reflexão sobre os usos e poder dos periódicos, analisar a forma como se expressaram esses dois jornais da grande mídia da época, traz sua importância ao nos fornecer subsídios para entendermos o papel da imprensa na construção de representações e análises de fatos de si e da ditadura militar, contribuindo na compreensão dos interesses da perspectiva das elites que estavam em torno do Estado militar.

#### **Breve contexto sobre Volta Redonda pós Golpe de 64**

Quando teve início a ditadura militar em 1964, Volta Redonda viveu situações particulares no decorrer dos anos seguintes. No mesmo dia em que os militares tomaram o poder, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos foi afastada, incluindo o presidente na época, João Alves Lima Neto. Dentro da Companhia Siderúrgica Nacional, logo no início da ditadura, vários trabalhadores foram demitidos ou afastados, acusados de atitudes subversivas. A polícia particular criada pela CSN recebeu o nome de “Gestapo”, devido a sua forte repressão e capacidade de infiltração em reuniões e assembleias sindicais, reprimindo qualquer foco de organização. Nas ruas o poder militar também era grande, deixando a população sem formas de expressão, tendo um forte patrulhamento feito nas ruas pela unidade PELESP (Pelotão Especial do Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada).

<sup>4</sup> A Coqueria é a área responsável pela produção do coque. O coque é o produto do aquecimento indireto do carvão dentro de fornos fechados.



A forte mudança de ideário advinda pelo golpe no país em 64, leva-nos a observar que a força sindicalista passa a ter suas ações minadas, afetando consecutivamente a cidade de Volta Redonda, sendo possível compreender a interferência das instituições militares na cidade, diante desta afirmação segundo Souza<sup>5</sup>:

**“Os militares que sempre estiveram na direção da CSN assumem também a direção da cidade, provocando forte intervenção sobre o complexo cidade – indústria. Eles nomeiam prefeitos, intervêm no sindicato, prendem e torturam trabalhadores. A CSN se desfaz dos compromissos com Volta Redonda e esta assume vida própria”. (SOUZA:1992,09).**

### **Análises das reportagens da imprensa nacional e da imprensa negra**

Neste artigo, utilizo algumas reportagens para evidenciar o racismo estrutural permeando as relações empresa-trabalhador, que julguei pertinentes à maneira simplificada que consta. A análise completa – contendo as reflexões de todas as reportagens encontradas – poderá ser lida na segunda parte do relatório referente a pesquisa “Temas transversais: Violações Raciais na Companhia Siderúrgica Nacional durante a Ditadura Militar (1964-1985)” publicado futuramente pelo CAAF – UNIFESP.

O Jornal do Brasil foi fundado em 1891, de início tendo uma linha monarquista passando para o lado republicano já em meados de 1893, tendo entre seus principais editores daquela época, Rui Barbosa. Nos anos de 1950 e 1960, foi símbolo das reformas modernizantes pelas quais passava o país. O jornal O Fluminense, teve início em 1878 em Niterói sendo um dos periódicos mais antigos em circulação em nosso estado do Rio de Janeiro, até os dias atuais. Isto posto, foi utilizado na busca pelo banco de dados da Hemeroteca digital as seguintes palavras chaves: benzolismo; leucopênicos; leucopenia; e benzenismo. Ao todo, o Jornal do Brasil nos revelou 7 reportagens e O Fluminense apenas 1 reportagem, destacando o problema do benzeno e da leucopenia aos operários da CSN. Dentre as reportagens catalogadas, destaco a primeira vez do surgimento de uma denúncia ao problema do benzenismo, citando a Coqueria como área de intoxicação, em um grande jornal da época. Em 1985, o Jornal do Brasil trazia em suas páginas uma matéria denunciando a contaminação de 70 operários da Coqueria por causa da grande quantidade de vazamento de gás benzeno. A denúncia feita na época, foi de responsabilidade de Lia Giraldo da Silva Augusto, então diretora do Departamento Regional de Saúde do Litoral Paulista. A reportagem aparece com destaque, na página 6, trazendo um panorama sobre o problema do Benzenismo também em

5 SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. Pelo Espaço da Cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado, UFRJ/IPPUR, Rio de Janeiro, 1992.



Cubatão. Não há nenhuma citação quanto a raça ou etnia dos operários atingidos, não cobra providências por parte da CSN, nem ao menos uma entrevista ou um breve testemunho. O Jornal do Brasil apenas cita, que o benzeno já era um problema de saúde aos operários da CSN e que isso foi tema de debate no 4 Congresso Brasileiro de Toxicologia na Fiocruz<sup>6</sup>.

Por conseguinte, a reportagem do Jornal do Brasil de abril de 1989 destaca novamente em seu texto o setor da Coqueria como sendo a principal área a apresentar, casos de leucopenia em seus operários. Podemos pôr em grande evidência a Coqueria, classificando-a como uma das áreas mais insalubres da CSN e com vazamentos de gás benzeno em níveis elevados, resultando em altos números de operários com leucopenia. A reportagem ainda relata que o sindicato dos metalúrgicos, entraria com uma ação de responsabilidade civil contra a CSN por meio do advogado, Marcio Donnici, enquadrando a empresa no artigo 252 do código penal – crime de perigo comum por envenenamento por gases – diante de 118 casos de leucopenia principalmente entre os operários da Coqueria. O jornal não cita, qual foi o resultado dessa ação do sindicato, se de fato foi concretizada<sup>7</sup>.

Isto posto, a única matéria denunciando os casos de leucopenia nos operários da CSN, encontrada no jornal O Fluminense no ano de 1989, intitulada “Câncer ronda pessoal que trabalha na CSN” nos fornece fortes evidências, para reafirmar a hipótese de que a Coqueria foi a área em que mais ocorreu denúncias sendo a área com mais casos de Benzenismo. A reportagem descreve a pesquisa do biofísico, Renato dos Santos Mello, da UNB, constatando que cerca de 900 operários – veja o salto que dá em quantidade de operários desde a primeira reportagem no Jornal do Brasil denunciando em 1985 com o total de 70 intoxicados/vítimas– da CSN estavam com leucopenia e onde a Coqueria era a área de maior incidência devido à grande exposição de gás benzeno. A matéria também contextualiza que o sindicato até aquele momento havia conseguido licenciar apenas 160 operários vítimas dessa doença, na maioria dos casos a CSN apenas trocava o operário de área.

Destarte acerca do Jornal do Brasil e do O Fluminense, em ambos jornais, foi constatado de início o apagamento da problemática do racismo presente nestes casos de leucopenia dentro da CSN. Após feitas reflexões, em nossos debates durante as reuniões e em casa estudando, chegamos à conclusão que os jornais de grande circulação da época não problematizavam a alta quantidade de operários negros intoxicados pelo benzeno em suas reportagens. Nosso próximo passo relativo às análises dos periódicos, irá focar agora no material produzido pela imprensa negra do período pesquisado. O sentido da busca desses jornais da imprensa negra é identificar se há ou não enquadramento diferente entre a imprensa alternativa e os grandes meios de produção no tocante à temática do racismo e a violação de Direitos na CSN.

6 Reportagem retirada do Jornal do Brasil de 29/11/1985 acesso pelo site da Hemeroteca Digital.

7 Reportagem retirada do Jornal do Brasil de 17/04/1989 acesso pelo site da Hemeroteca Digital.



O jornal *Majoria Falante* – jornal fundado no Rio de Janeiro em 1987 pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) – foi o único que apresentou informações relevantes para a pesquisa. Ao todo, são 4 reportagens catalogadas no drive do projeto<sup>8</sup> evidenciando violações raciais cometidas pela CSN. Irei descrever a reportagem que mais trouxe a denúncia dos casos de operários negros intoxicados pelo gás Benzeno. Em 1991, cerca de 5 anos após a primeira denúncia no *Jornal do Brasil*, o *Majoria Falante* traz pela primeira vez em seu jornal os casos de intoxicação por benzeno na CSN, destacando que os operários negros eram os mais atingidos. O jornal estampou em sua capa, uma enorme manchete denunciando as intoxicações dos operários negros, junto a uma sessão completa descrevendo e contextualizando todos os problemas do Benzenismo, responsabilizando a CSN como grande violadora da saúde do trabalhador negro. A manchete foi provocadora “CSN: extermínio de negros!”. Essa edição possui uma página inteira, denunciando que cerca de 2 mil operários sofriam com leucopenia, e apenas 514 estavam afastados enquanto o restante seguia no trabalho sendo no máximo remanejados de área. A matéria ainda descreve o testemunho do diretor do sindicato, José Carlos Máximo, onde o mesmo relata que os negros eram a grande maioria na Coqueria por serem “mais resistentes ao calor”<sup>9</sup>.

Essa pesquisa mostrou por meio das fontes aqui analisadas que o pensamento racial esteve presente na imprensa e nas narrativas dos agentes realizadas nos comentários dos jornais estudados. Contudo, a forma de abordar o tema é distinta. A partir deste artigo, espera-se apresentar no relatório final documentos, informações e evidências de que a dimensão da violação dos direitos humanos no âmbito da empresa da CSN, também se enquadra em termos do racismo institucional da empresa, gerando um agravante para a forma pela qual os trabalhadores vivenciaram suas condições de trabalho e direitos e, sobretudo, o direito à saúde.

---

8 “Temas transversais: Violações Raciais na Companhia Siderúrgica Nacional durante a Ditadura Militar (1964-1985)” (CAAF – UNIFESP).  
9 Reportagem retirada do jornal *Majoria Falante* de abril/maio de 1991 acesso pelo Acervo de Cultura Contemporânea da UFRJ.



CFI  
14 853 881  
Série + D. - 1985

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL  
ANO IV - N.º 24 - Abril e Maio

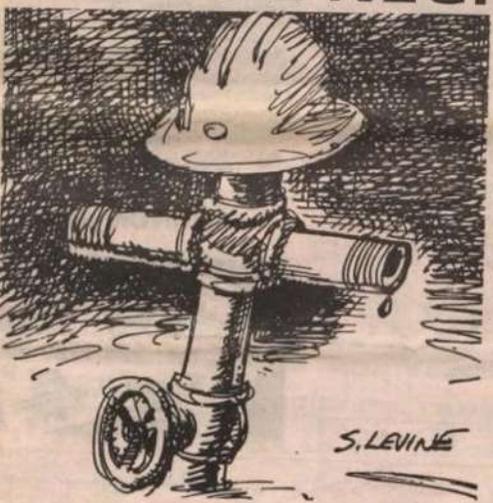
ISSN 24  
8.50

# MAIORIA FALANTE

Um serviço de combate ao racismo e à discriminação

Assinatura Anual (8 exemplares) - Cr\$ 1.000,00 Assinatura do Exterior US\$ 20,00  
Preço de venda - Cr\$ 160,00 - Em todo Território Nacional

## CSN: EXTERMÍNIO DE NEGROS!!



Os problemas vividos pelos operários da CSN que trabalham na Coqueria chama a atenção, não só pela inalação do gás benzeno, que é cancerígeno, como também pelo fato da maioria ser negra. (Página 10)

**Conselho do Deficiente do Rio discute preconceito**  
(página 4)

**PERSPECTIVAS**  
A IV Reunião de Coordenação Nacional deverá ser em Minas Gerais. Haverá fôlego para mais dois encontros, um no Nordeste e outro no Sul? Fala-se em 1.000 delegados. Será que chegou a hora do tão esperado salto de qualidade do Movimento Negro?  
O Jornal Maioria Falante vai acompanhar, passo a passo a mobilização. Radiografe a sua entidade, a sua cidade, o seu estado, e mande para nós. Queremos mostrar um Raio? completo do Encontro Nacional. (Ver última página)

Em primeira mão para você — página 02

### Nossa homenagem às mulheres de todos os povos

## Quem é essa mulher?

Que trabalha na roça, na educação.  
Que sabemos que tem uma história de vida riquíssima.  
Que o mundo desconhece, que ela mesmo desconhece.  
Professora, mãe e dona de casa,  
Companheira e militante,  
É um ser sensível.  
É... e paga um alto preço por isso.

Em casa, a quarta jornada de trabalho.  
Na vida, uma jornada sem fim, sem tempo, para si mesmo.  
Sua História, suas buscas.  
Histórias tão comuns, tão óbvias, que de tão vividas,  
Nem são mais sentidas.  
Companheira: Maria de Lourdes S.

\* fonte: Revista Mensageiro



Jornal Maioria Falante de abril/maio de 1991



**O sujeito negro na prisão:  
duplamente inferiorizado pela  
sociedade brasileira**

PINTO, Andréa Alves

Arte: R. Trompaz

# O sujeito negro na prisão: duplamente inferiorizado pela sociedade brasileira

PINTO, Andréa Alves<sup>10</sup>

## Introdução

Ao longo das últimas décadas a dinâmica do encarceramento em massa no Brasil avançou, chegando a alcançar em 2017 o terceiro lugar no ranking dos países que mais aprisionam pessoas no mundo, posição que se mantém atualmente. Além disso, essa “massa carcerária” se apresenta bem definida, sendo a maioria dos aprisionados negros<sup>11</sup>, fenômeno que confirma a seletividade racial presente no sistema de justiça – consequência principalmente do racismo consolidado em nossa sociedade.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), os aprisionados negros correspondem a 67,5%<sup>12</sup> do total da população carcerária, o que significa em dados quantitativos, cerca de 500 mil pessoas. Ao considerarmos seus “familiares” (pai, mãe, esposa/o, filhos, netos e avós), pelo menos 5 pessoas diretamente ligadas a(o) aprisionado/a, ainda que “hipoteticamente”, esse número representaria cerca de 3 milhões de pessoas impactadas pela “situação prisional” no país.

Este fato nos provoca compreender “quem é este sujeito: o negro aprisionado”, não em dados estatísticos apenas, mas no que diz respeito à sua formação sociocultural, bem como a dupla condição de inferiorização, a perda da condição de cidadão de direitos ao estar preso, além do fato de viver em um país racista, que aprisiona corpos negros descomunalmente há décadas.

Trata-se de “reconhecer” e focar na pessoa do sujeito negro aprisionado<sup>13</sup>, de forma a compreender a inferio-

---

10 Mestranda em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Com especialização Internacional em Pedagogia Social (FEUSP), Direitos Humanos e lutas sociais (CAAF/UNIFESP). Graduada em Pedagogia (UNIVESP).

11 Compõem o grupo de pretos e pardos segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

12 De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022)*, através dos dados coletados em todas as unidades prisionais do país (de janeiro a junho de 2021), sistematizados e divulgados pelo *Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)*, o número de aprisionados no Brasil é de 820.689 – desses, 636.194 pessoas declararam sua cor/raça – a razão entre o total de presos que informaram sua cor/raça e o total de pessoas encarceradas é 77,5%. O relatório apresenta que 67,5% das pessoas presas no Brasil são negras, 29% brancas, 3% amarelos, 0,5% indígenas e 0,5% outros.

13 Definimos como a pessoa de cor/raça negra – autodeclarada preta e parda – que se encontra aprisionado(a) no Brasil, cerca de 67,5% da população prisional.



rização apresentada a partir da intersecção da sua cor/raça e condição civil/social. Kilomba (2019) considera a importância de focar no sujeito não somente como uma forma privilegiada de se conhecer uma dada realidade, mas um “conceito necessário” para isso. Neste sentido, este artigo apresenta um ensaio que busca compreender a realidade sociocultural da pessoa negra e aprisionada – duplamente inferiorizada pela sociedade brasileira – para além do seu lugar no que se denomina “encarceramento em massa”.

Pelo eminente número de encarcerados negros no Brasil, este ensaio revela que tal fenômeno é seletivo – além disso tem absorvido principalmente as pessoas mais pobres e moradoras das periferias, o que vem garantindo a manutenção de um sistema prisional “falido”, racista e violador de direitos.

### **A inferiorização do sujeito negro**

É importante a construção de um pensamento que traga para o centro do conhecimento acadêmico as narrativas daqueles/as que estão mais próximos ou que vivem a realidade dos subalternizados (sujeito negro privado de liberdade), para isso consideramos o diálogo como o pensamento periférico e filosófico, que compõe as letras das músicas do grupo de rap Racionais Mc's. Na canção “Negro Drama”, vejamos como o sujeito negro periférico se relaciona como o território e sua condição racial:

[...] **Aí, você sai do gueto  
Mas o gueto nunca sai de você, morô irmão?  
Cê tá dirigindo um carro  
O mundo todo tá de olho 'ni você, morô?  
Sabe por quê? Pela sua origem, morô irmão?  
É desse jeito que você vive, é o negro drama  
Eu num li, eu não assisti  
Eu vivo o negro drama  
Eu sou o negro drama**

**Eu sou o fruto do negro drama [...]” (Racionais Mc's, 2002)**

Compreendemos que o sujeito periférico é o sujeito “do gueto”, aquele que mora às margens das grandes cidades, em favelas e/ou territórios ocupados pela população de extrema vulnerabilidade social e econômica, em bairros “populares” cada vez mais afastados dos centros urbanos. Observa-se aí uma realidade que intersecciona racismo, pobreza, violência, violações de direitos (como o não acesso à saúde, educação de qualidade e atividades culturais) – estes



são fatores que conduzem à formação do sujeito – mas que ao mesmo tempo torna-se (para nós) “um projeto” da construção do “não cidadão”, ou seja, daquele que o acesso aos direitos fundamentais só consta nos textos das leis.

Feita esta breve incursão ao Rap Nacional, verifica-se que há formas de vida que levam o sujeito a diferentes possibilidades de existência, tornando-se necessário ampliar o interesse sobre os estudos na área das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo na perspectiva de “outras” formas de compreender os fenômenos existenciais de determinados grupos, e como se constrói o pensamento a partir das experiências subjetivas – principalmente daqueles que para o sujeito dominante “branco” é considerado/construído como sujeito “inferior” – pois nesta construção, ainda que simbólica, esta inferiorização/superiorização de “raças” na prática se materializa.

Por ora, busquemos analisar como a construção do “Outro” – inferiorizado – impacta na formação social do negro – sobre estigmas que o acompanha desde a colonização e que foram aperfeiçoados. O corpo do negro e as (des)construções sobre sua cultura estão sobrecarregados de preconceitos e estigmas inferiorizadores. Na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon (2020) aponta como o sujeito negro é visto socialmente pelo “branco” dominante/superior que o inferioriza, descaracterizando suas formas de vida e cultura: “[...] Magia Negra, mentalidade primitiva, animismo, erotismo animal, tudo isso refluí para mim. Tudo isso caracteriza povos que não acompanharam a evolução da humanidade. Trata-se aí, conforme se queria, de uma humanidade rebaixada” (FANON, 2020 p. 140).

Não bastasse a inferiorização sociocultural, West (2002) apontou que a diferença na “fisionomia” construiu um “olhar normativo”, ou seja, “relacionou características particulares visíveis dos corpos humanos, especialmente aquelas da face, ao caráter e às capacidades dos seres humanos”. Os historiadores raciais negligenciavam o fato de que os teóricos que sustentavam a inferioridade do negro, bem como a supremacia do branco eram artistas e escritores, e não cientistas – que chegaram a reconhecer a arte da pintura como sustentação de disciplinas científicas.

**A base inicial para a ideia de supremacia branca deve ser encontrada nas categorias classificatórias e nos objetivos descritivos, representacionais, ordenadores, da história natural. O aprisionamento da história natural ao que eu tenho chamado “olhar normativo” significa o primeiro estágio da emergência da ideia de supremacia branca como um objeto do discurso moderno [...] (Idem, Ibidem, p. 55).**

Quando Lélia Gonzalez se propôs a construir uma identidade para o movimento negro, a autora se deparou com dificuldades pois não o considerava um “bloco monolítico”, assim como não pretendemos aqui propor uma ideia que



generalize a pessoa negra e a inferiorização que a acompanha, de modo que possamos considerar “todos os negros iguais” e/ou que possuem histórias similares apenas. Ao contrário, sentimos a emergência em identificar as especificidades que constroem a identidade desse/s sujeito/s privados de liberdade, inclusive sobre os demais “negros, periféricos e pobres” – que “por sorte” (talvez), “oportunidades” (talvez), “formas de educação” (talvez), entre outros fatores, não passaram pelo cárcere, ainda que vivam “todos” praticamente nas mesmas condições sociais e econômicas. Considerando ainda que muitas das vezes um discurso meritocrático é construído entre o próprio grupo das pessoas negras.

### O sujeito negro e a prisão

Visto anteriormente, a “arte” foi utilizada de modo que, através dos fenótipos, da cultura e das tradições, os negros fossem “reconhecidos” e tratados como inferiores. Assim, o racismo produziu na história o “diferente”. De acordo com Kilomba (2019), o negro é percebido como “um” ou como “outro” de diversas maneiras, uma delas diz respeito à “incivilização”, o sujeito torna-se a personificação do outro violento e ameaçador – o criminoso, o suspeito, o perigoso, aquele que está “fora da lei” – independente da sua condição real, é uma forma de se “olhar” para o sujeito negro.

A esta proposição a autora nomeia “animalização”, isso nos permite refletir como o racismo conduz à construção daquele que não é o “branco”, “o universal”, que se constrói (pela supremacia branca), mas “o não branco” – “o marginal”, o “negro” – aquele que se torna inferior devido à sua condição racial. Em relação às pessoas que passam pelo cárcere, este estigma se sobrepõe, e na prisão recebem tratamento desumanizado além de sofrerem torturas. O racismo institucional nos sistemas de justiça e prisional, mais especificamente, tem corroborado na construção deste sujeito – que se encontra confinado no cárcere – projetando-o às precárias condições de (re)inserção social no pós-encarceramento, e à provável reincidência ao crime.

É tarefa complexa compreender o “sujeito negro” sob a condição de aprisionamento, principalmente pela “obscuridade” mantida no sistema prisional em nosso país, sendo difícil o acesso até mesmo das organizações dos Direitos Humanos, e de pesquisadores, entre outros interessados neste campo. Posto isso, busca-se compreender o contínuo entre a vida do sujeito periférico anterior ao cárcere – precarizada pela marginalidade do território, o “período” de aprisionamento – violento e desumanizador – e o pós-encarceramento, onde há pouca ou nenhuma oportunidade de (re)inserção social. Essas realidades estão determinadas ao sujeito negro, que tem sua vida atravessada pelo sis-



tema prisional, erigido sobre bases racistas e mantidas pela supremacia branca, dominante na sociedade brasileira.

[...] Os sistemas punitivos, portanto, não são alheios aos sistemas políticos e morais, são fenômenos sociais que não se prendem apenas ao campo jurídico, pelo contrário, têm um papel no ordenamento social e têm, em sua constituição, uma ideologia hegemônica e absolutamente ligada à sustentação de determinados grupos sociais em detrimento de outros. (BORGES, 2019 p. 33).

Neste sentido, observamos que famílias inteiras têm sido impactadas pelo aprisionamento do(s) seu(s) filho(s)/marido(s)/esposa entre outros, e que poderiam ser estes homens e mulheres o(a)s chefes mantenedores de suas famílias. A ausência (através do aprisionamento) dessas pessoas na estrutura familiar tem gerado um ciclo de miséria, pobreza e de “mais” encarceramento, e que vem se perpetuando. Durante o período de aprisionamento, com mínimas chances de se conseguir trabalho no cárcere, ou outra forma (lícita) de gerar renda, os aprisionados não conseguem auxiliar suas famílias, e ainda, quando saem da prisão, não possuem qualificação, qual seja necessária para se conseguir reintegrar à sociedade.

### Conclusões parciais

Neste ensaio, verificamos que o sujeito negro aprisionado é duplamente inferiorizado, encontrando dificuldades no reconhecimento da sua subjetividade por conta desta lógica sistêmico-racista da qual descrevemos até aqui. É complexa a construção do “sujeito negro aprisionado” sem que se coloque o “racismo” como tema central do debate e as violências promovidas e legitimadas sobre seus corpos. Desta forma, as pessoas que nascem com o fenótipo marcado pela “cor da sua pele” e “traços negróides” caracterizam o grupo dos subalternizados, e quando encarcerados, sofrerão ainda mais injustiças através do cerceamento de direitos fundamentais.

Ao analisar as características socioculturais que formam a identidade do sujeito negro periférico no Brasil, observamos as circunstâncias atuais de sobrevivência nesses territórios, os paradigmas e as dicotomias que determinam um período (da vida) em que as pessoas “constroem futuros possíveis”, desejáveis e promissores. Enquanto isso, esses sujeitos privados de liberdade parecem viver em um tempo-presente “incerto”, que os impossibilita de “sonhar” e criarem expectativas “positivas e reais” do “vir a ser/estar” no mundo.

Compreendemos o sistema prisional, como uma “máquina de moer corpos”, principalmente dos negros. Nes-



ta estrutura é empreendido altos recursos, onde pouco se cobra e ou se apresenta “resultados” que deveriam significar a “ressocialização” do aprisionado e o seu (re)ingresso na sociedade de forma a “contribuir” com esta. Pelo contrário, temos acompanhado o aumento do número de pessoas racializadas no cárcere (o efeito de encarceramento em massa e seletivo), as mortes, os maus tratos, e as torturas deferidas a essas pessoas, corroborando para aqueles que saem “vivos” do sistema prisional, tenham grandes chances de reincidirem no crime. Ao que nos parece ser uma estrutura organizada para manutenção deste propósito – a “máquina” tem funcionado “bem”, contribuindo para “formação” às bases do racismo – do sujeito negro aprisionado – e ao genocídio da população negra no Brasil.

## Referências

ALVES, Aivaldo P.; PEREIRA, Pedro Paulo S. Negro Drama. Racionais MC's. Álbum: Nada como um dia após o outro dia. 2002. Disponível em: <<https://www.letas.mus.br/racionais-mcs/63398/>>. Acesso: 27/06/2023.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. (Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Encarceramento\\_em\\_Massa\\_Feminismos\\_Plurais\\_Juliana\\_Borges.pdf?1599239135](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Encarceramento_em_Massa_Feminismos_Plurais_Juliana_Borges.pdf?1599239135)>. Acesso: 27/06/2023.

BRASIL. Presídios Brasileiros. Jusbrasil. 2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/presidios-brasileiros/2181616>>. Acesso: 14/07/2023.

BRASIL. Sistema Prisional. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2022/06/anuario2022.pdf?v=5>> (p. 380-343). Acesso: 17/06/2023.

FRANTZ, Fanon. Pele Negra, Máscaras Brancas. Introdução e Cap. 5 “A experiência vivida do negro”. 2020. São Paulo. Editora Ubu. Tradução: Sebastião Nascimento com a colaboração de Raquel Camargo.

GONZALEZ, Lélia; HANSENBALG, Carlos. Lugar de Negro. 1a. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2022.



KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. 2019. Rio de Janeiro. Ed. Codogó. Tradução Jess Oliveira (p. 47-83).

WEST, Cornel. "Genealogy of modern racism." In: Prophesy deliverance! Na afroamerican revolutionary Christianity. Westminster John Knox Press: Louisville, KY; London, 2002. P. 45-67. Tradução português de Luiz Felipe M. Candido.

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804





**Lei 10.639/2003 na prática: a potência de vozes femininas negras na escola pública**

Álvaro de Souza Maiotti  
Raphael Sena de Souza e Silva

Foto: Thiago Fernandes

# Lei 10.639/2003 na prática: a potência de vozes femininas negras na escola pública

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Álvaro de Souza Maiotti  
Raphael Sena de Souza e Silva

Com o intuito de aplicar a Lei no. 10.639/2003 na escola, organizamos, na semana do dia 13 de maio, uma atividade diferente para os alunos do ensino médio noturno da EE Engenheiro Argeo Pinto Dias, escola pública localizada no Grajaú, periferia da zona sul da cidade de São Paulo: a I Semana Vozes Femininas Negras no Argeo. Entre os dias 8 e 11 de maio, os alunos puderam conhecer histórias inspiradoras de mulheres negras que enfrentaram e venceram o racismo e outras dificuldades no decurso de suas trajetórias acadêmica e profissional.

Contamos com as presenças de: Prof. Ma. Mara Aline de Campos dos Santos, psicóloga, professora universitária e doutoranda pelo IP-USP, que compartilhou conosco os desafios de se reconhecer como mulher negra e de ser a única pessoa negra a integrar o corpo docente da instituição onde trabalha, composto por cerca de 70 professores; Prof. Dra. Priscila Barreto de Jesus, professora universitária e pesquisadora nas áreas de biologia molecular, genética e botânica, que abordou a luta das pessoas negras no acesso e permanência nas universidades públicas brasileiras; da advogada Cristilene Aparecida Pinheiro da Silva, pós-graduanda e atuante na área de direito médico, que dividiu conosco, além de sua própria história, as histórias de pessoas negras e brancas de seu convívio, oriundas de escola pública, e os desafios socioeconômicos e raciais por elas enfrentados; e da graduanda Gabriela Moraes Reis, ex-aluna de nossa escola e que atualmente cursa medicina na Fundación Barceló – Instituto Universitario de Ciencias de La Salud, Argentina, e os obstáculos da luta diária por ser uma mulher negra e estrangeira.

Entendemos que abordar o passado de maneira crítica, interrogando os fatos e documentos – a exemplo do grande historiador Marc Bloch – é uma tarefa que só terá a sua completude quando considerarmos o tempo presente, tendo em vista a construção de um futuro diferente, no qual vislumbramos uma sociedade mais justa e igualitária, livre de toda e qualquer forma de opressão. Muitos alunos se identificaram com os relatos, refletiram sobre as condições materiais objetivas de suas realidades e sobre as dificuldades estruturais que atravessam seus corpos, e renovaram as energias para continuarem a caminhada em busca de seus sonhos. O depoimento de uma das estudantes participantes sobre a palestra da advogada Cristilene da Silva evidencia que os resultados almejados foram atingidos:



Então. Eu achei a palestra muito interessante e muito informativa. A doutora também é uma graça, achei ela muito simpática. E como mulher negra que vive em uma sociedade muito preconceituosa, eu me orgulho muito e gosto, assim, de ver onde nós estamos conseguindo chegar. Que estamos conseguindo chegar em lugares onde a gente não podia antes, e isso me deixa muito orgulhosa. E [fico] muito feliz em ver essas coisas, ver as histórias das pessoas. Eu fico muito feliz. (Estudante da 2 a. série do ensino médio)

Ao questionar versões únicas da história e apresentar trajetórias inspiradoras, capacitamos os alunos a refletirem sobre suas próprias realidades e a enfrentar os desafios estruturais que ainda permeiam nossa sociedade, como o racismo. No entanto, não podemos parar por aí. Abordagens como essa devem ser ampliadas e adotadas por todas as instituições de ensino, garantindo que a história e a cultura afro-brasileira e africana sejam devidamente valorizadas e incorporadas ao currículo. Ademais, devemos promover a inclusão de mais vozes femininas negras nos espaços educacionais, seja por meio da contratação para os cargos de direção, coordenação e docência, seja por meio da representação adequada nos materiais didáticos.

Para que isso ocorra, é importante que as escolas e os educadores recebam o apoio necessário para a implementação efetiva da Lei no. 10.639/2003. Isso inclui investimentos em formação e capacitação de professores, disponibilização de recursos educacionais adequados, estímulo à pesquisa e produção de conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, e parcerias com instituições e especialistas que possam enriquecer o processo educativo.

Como sociedade, devemos nos engajar nessa causa, exigindo uma educação que promova a diversidade, a igualdade e o respeito. É necessário cobrar dos gestores públicos a implementação efetiva das políticas de inclusão e combate ao racismo no âmbito educacional, além de apoiar iniciativas independentes que buscam promover uma educação mais inclusiva. Somente através de uma ação educacional contínua e comprometida poderemos construir uma sociedade verdadeiramente justa, igualitária e livre de opressões. Cada um de nós, incluindo educadores, alunos, pais e membros da comunidade, tem a responsabilidade de abraçar esta causa e de trabalhar juntos para mudar as realidades educacionais e construir um futuro melhor para todos. Juntos podemos fazer a diferença!





Palestra com a Prof. Ma. Mara Aline de Campos dos Santos

Fonte: Acervo dos autores - 2023



Prof. Álvaro Maiotti, Prof. Raphael Sena e Prof. Dra. Priscila Barreto de Jesus

Fonte: Acervo dos autores - 2023



Momento após a palestra da Prof. Dra. Priscila Barreto de Jesus

Fonte: Acervo dos autores - 2023



Palestra da Advogada  
Cristilene Aparecida Pinheiro da Silva  
Fonte: Acervo dos autores - 2023



Palestra com a Estudante de Medicina  
Gabriela Moraes Reis

Fonte: Acervo dos autores - 2023



## De mulata à mula: mulheres negras no tráfico internacional de drogas

Michelly Andrade Rosa

Graduada em Psicologia e Direito pela Universidade de Guarulhos. Pesquisadora no Núcleo de Estudos da Violência da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e no Núcleo de Pesquisa em Violência e Psicologia Jurídica da Universidade de Guarulhos (NUPEV- UNG).

Foto: Thiago Fernandes

# De mulata à mula: mulheres negras no tráfico internacional de drogas

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Michelly Andrade Rosa

A filósofa estadunidense Angela Davis (2017), argumenta que mesmo após a transição do período escravagista e patriarcal para contemporaneidade, as práticas segregacionistas e estigmatizantes que circundam a figura feminina, permanecem atreladas ao gênero. Desta forma a prisão alcança o “status” de excelência para a resolução de conflitos, intensificando os processos que levam ao encarceramento em massa, ratificando o efeito panóptico, denominado por Foucault (1987) em seu livro “Vigiar e Punir”, como uma forma de controlar e vigiar por meio do poder exercido pelo Estado, a partir da coerção punitiva sobre os sujeitos transgressores das normas vigentes na sociedade.

Quando falamos da mulher inserida no contexto de “mula” do tráfico, pode-se perceber que seu corpo funciona como um “correio de drogas” sendo facilmente descartável, por meio de toda e qualquer forma de violência, seja ela proferida pelo Estado, narcotráfico e/ou sociedade. Embora o encarceramento em massa no Brasil, seja um fenômeno social multicausal, o advento da referida lei, corrobora o aumento da quantidade de mulheres detidas, devido a severidade de seus dispositivos, mesmo diante da causa de diminuição na dosimetria penal, popularmente chamada de “tráfico privilegiado”, a partir deste fato tem-se uma nova questão a ser analisada, visto que esse drástico aumento contribui para o agravamento do sistema prisional brasileiro, refletido na precariedade estrutural e na decadência da efetivação dos direitos humanos.

Antes de iniciarmos as discussões, é primordial conceituar o termo necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe no início dos anos 2000, com objetivo de ampliar as conceituações foucaultianas sobre biopolítica. Para ele, a necropolítica é a capacidade coercitiva do Estado em suas funções políticas e governamentais de “definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” (MBEMBE, 2018, p. 50). Como uma tática para determinar as características de quem deve viver e morrer, fundamentada no racismo estrutural, intrínseco nas sociedades colonizadas pelos europeus, principalmente as latino-americanas. A própria etimologia da palavra necropolítica nos permite compreender seu significado, necro se origina do grego antigo *nékros* que significa



morto, enquanto política advém do latim *politicus*, associado ao grego *politikós* ou *politiké*, significando negócios do Estado, ou seja, a necropolítica em seu sentido literal, nada mais é do que a “política da morte”. Nesta são estabelecidos os parâmetros em que a submissão da vida pela morte é legitimada pelo Estado através da negligência, omissão ou comissão. Nesta perspectiva, compreende-se que aqueles que não detêm o controle dos meios de produção, ou seja, não pertencem aos grupos étnicos aristocráticos, estão condicionados a esse necropoder estatal. Tais práticas de violência foram engendradas durante o período colonial, de forma tão intensa na estrutura das sociedades colonizadas que estas perduram ao longo dos séculos até o momento atual, a contemporaneidade, sendo os fatores raciais os principais revalidadores dos atos agressivos proferidos contra estes cidadãos, tidos como a escória social. No Brasil, é a escravidão que nos conecta à necropolítica, uma vez que esta foi uma das principais demonstrações biopolíticas de poder e controle social seletivo, onde em sua égide, morre-se ainda em vida, pelo simples fato de pertencer aos grupos étnicos marginalizados, tendo a qualificadora de gênero, no caso das mulheres.

Em seu aspecto simbólico, é possível dizer que este processo de segregação seletiva se dá em decorrência da tirania maniqueísta, que divide o mundo em dois lados opostos o “bem” e o “mal”, nutrido pela característica punitivista, onde a eficiência do judiciário é medida pela quantidade de sentenças condenatórias, oriundas da privação de liberdade e da negligência na efetivação dos direitos humanos fundamentais, essenciais à sobrevivência. Estes infratores, agora foram “etiquetados” como criminosos, passando a serem tratados como “inimigos do Estado”, tornando-se desumanizados, coisificados, e transformados em propriedade estatal, sendo seus corpos legitimados para a morte. Quando tratamos dos conceitos de “bem” e “mal”, é primordial utilizar os estudos realizados pelo filósofo Friedrich Nietzsche, em suas clássicas obras “A Genealogia da Moral: Uma Polêmica” e “Para Além do Bem e do Mal”, nestas o autor busca a origem etimológica dessas palavras, e tem por resultado a definição de que o “bom”, é aquele sujeito que tem atitudes nobres e virtuosas, enquanto o “mal”, seria aquele que tem atitudes desprezíveis e decadentes. De acordo com ele, o fato do bem estar relacionado à nobreza, corrobora a ideologia que atos maus/ruins são cometidos, por aqueles que não integram o grupo social pertencente à aristocracia, sendo então formado pelos grupos étnicos tidos como “impuros”. Estes fatos reafirmam as concepções racistas presentes no judiciário brasileiro, em especial no sistema penalista. A inserção das drogas na esfera pública provocou uma reação moral e uma coalizão social repressiva, que desencadeou uma intensa resposta penal, com a formulação de medidas



de controle social e combate ao tráfico, que passaram a ser adotadas no cenário nacional. Com destaque a separação, entre países consumidores e produtores, estes últimos sendo tratados como inimigos, na medida em que eram culpabilizados por abastecer e manter o mercado consumidor. A partir disso, criou-se um modelo genocida de segurança pública, principalmente para países que funcionam como rota para o tráfico internacional, como o Brasil. É distópico pensar que o sistema penal genuinamente se vê empenhado em assegurar a saúde pública, quando a criminalização incide seletivamente sobre a sociedade.

O encarceramento em massa, a seletividade e a letalidade do sistema penal, têm agravado os problemas sociais, e ressaltado sua ineficácia na contenção das instituições criminosas que financiam o tráfico de drogas, e a violência oriunda deste. Corroborado pela negligência Estatal às questões sociais, que permeiam o cenário de guerra às drogas.

Além da criminalização primária, ou seja, aquela derivada do delito, no caso o tráfico de drogas (tanto nacional quanto internacional) as mulheres que atuam na condição de “mula”, ainda contam com a criminalização secundária, essa atribuída pela sociedade, a mulher que antes era, mãe, esposa e/ou profissional agora passa a ser vista como um ser profano, uma “criminoso”, e a sofrer a crucificação social. Fato este, intensificado pelo crescente percentual de encarceramento feminino por tráfico de drogas. Borges (2019) relata que a designação de funções domésticas, aliada ao fato das mulheres estarem se tornando cada vez mais, arrimo de família, bem como a ausência de condições igualitárias de trabalho, facilitam a situação de vulnerabilidade, fazendo com que recorram ao tráfico de drogas como meio de subsistência. Outro fator observado, centra-se no fato da posição de subalternidade da mulher ser reproduzida na estrutura do tráfico de drogas, ao desempenharem, funções de hierarquia mais baixa, como a de “mula”, o qual é descartável e mais suscetível ao encarceramento, enquanto os homens são os “chefões do tráfico”, os “donos da boca”.

A violência estrutural é a fonte direta ou indireta de todas as outras violências (individual, de grupo, institucional, social, psicológica, etc), sendo que a violência constitui a repressão dos direitos humanos. O sistema de justiça criminal atua de forma profundamente seletiva, com base na posição social de vulnerabilidade da pessoa criminalizada, ou seja, de indicadores sociais negativos. Nos últimos anos, a política de “guerra às drogas” ajudou a praticamente triplicar a população carcerária brasileira, inclusive a feminina. A nomenclatura “mula” é utilizada para designar os agentes que, assim como o animal utilizam o próprio corpo para executar suas funções, neste caso ocultar os entorpecentes,



introduzindo nas cavidades corporais, ingerindo ou escondendo em bagagens, com o objetivo de burlar a vigilância e entregar a mercadoria no destino final. Geralmente de forma precária, que desconsidera a condição humana do agente. Um dos aspectos que refletem a condição de vulnerabilidade da “mula”, centra-se na sua constante exposição à prisão em flagrante, visto que está em posse da prova material do crime. Fazendo com que a “mula”, seja vista e tratada como descartável e substituível dentro do tráfico de drogas e principalmente na sociedade.

[...] esta analogia, apresenta um forte caráter especista, ao partir da premissa de que as pessoas, principalmente as mulheres, transportadoras de drogas chamadas de “mulas” e as “muntas”, são seres não pensantes e com uma existência submetida às necessidades dos homens, conforme historicamente são tratados todos os animais. (GAUDAD, 2015, p. 101, grifos nosso).

Os dados sobre a estatística prisional feminina brasileira, considerando o percentual de mulheres detidas, no momento do último levantamento (de janeiro a junho de 2022) do Sistema de Dados do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), excluindo do cálculo as presas que estão sob custódia das polícias judiciárias, batalhões de polícia e bombeiros militares, nos indicam que quando observa-se a variável raça/cor, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na população prisional feminina que cumpre pena em regime fechado, 65, 4% são mulheres pretas e pardas em comparação a 34,7% de mulheres brancas, amarelas e indígenas.

A partir destes dados, podemos utilizar a perspectiva da filósofa e ativista estadunidense Angela Davis, para pensar nas questões socioeconômicas, culturais e raciais que permeiam a política do encarceramento em massa. De acordo com sua perspectiva teórica, o sistema de justiça é solidificado em estruturas racistas e preconceituosas. “Essas pessoas são mandadas para a prisão não tanto por causa dos crimes que de fato cometeram, mas principalmente porque suas comunidades étnico/raciais foram criminalizadas.” (DAVIS. 2019, p. 122). Esses dados ratificam a ideologia de encarceramento em massa, proveniente do ideal punitivista de que a melhor forma de se combater a criminalidade é por meio das prisões, mesmo que estas já tenham provado sua ineficácia por diversas vezes e estejam obsoletas. Portanto, nota-se que o sistema de justiça criminal é uma forma de controle social essencialmente masculino, do ponto de vista simbólico, ou seja, suas leis, principalmente as carcerárias, não foram pensadas para mulheres, pois negligenciam questões inerentes ao gênero feminino, mas ambos os sistemas de controle social, o penal e o informal (dominado



pelas questões de cunho moral e proferidos pela sociedade, por meio dos estigmas) convergem na reprodução da seletividade punitiva e carcerária.

## Referências

BRASIL. Sistema de Dados do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN).

Informações Criminais. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiY2Q3MmZINTYtODY4YiooY2Q4LWFI-ZDUtZTcwOWI3YmUwY2lyliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQoNGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BORGES, L. L. A vulnerabilidade das mulas do tráfico de drogas e o tráfico privilegiado: uma análise dos acórdãos do STF e STJ. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26909/1/2020\\_LucasLimongiBorges\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26909/1/2020_LucasLimongiBorges_tcc.pdf) Acesso em: 20 dez. 2022.

DAVIS, A. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura. 2. ed. Tradução: Artur Neves Moreira. Rio de Janeiro: Difel, 2019a.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GAUDAD, L. Mulas, Olheiras, Chefas e Outros Tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, p. 2015.



Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20023/1/2015\\_LudmilaGaudadSardinhaCarneiro.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20023/1/2015_LudmilaGaudadSardinhaCarneiro.pdf).

Acesso em: 13 dez. 2022.

HUGO, V. Os miseráveis. Adaptação de Walcyr Carrasco. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.

Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NIETZSCHE, F. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.





## Quilombismo e a potência ancestral de mulheres africanas e afropindorâmicas

Tamires Batista de Sousa

Mãe da Olívia, abiyã no Ilê Asê Alaketu Omo Oyá, cientista social e pesquisadora com foco nas relações étnico raciais, genocídio, eugenia e religiões de matriz africana, artista da palavra, MC funkeira (Guerrera MC), arte-educadora e integrante do Coletivo Movimento Sankofa.

Foto: Thiago Fernandes

# Quilombismo e a potência ancestral de mulheres africanas e afropindorâmicas

Nº TRÊS 11/2023  
ISSN 2965-2804

Tamires Batista de Sousa

À Olívia Nyara, minha filha. E à Maria Vitória, minha mãe.

Nesse texto pretendo fazer algumas reflexões sobre mulheres negras no Brasil, a partir de conceitos como quilombismo e contracolonialidade. Estou ciente de que esse trabalho no momento não é capaz de dar conta das especificidades das várias etnias que construíram as riquezas desse país, mas como uma abiyán de candomblé Ketu, pesquisadora autônoma dos povos iorubás e eterna aprendiz, peço agô aos ancestrais para falar dos povos africanos a partir da perspectiva de Cheik Anta Diop sobre a unidade cultural da África negra e utilizar algumas terminologias nagô/iorubá em contraposição a conceitos ocidentais.

Diop defende que o berço civilizatório africano caracteriza-se pela lógica matriarcal, comunitária, confluyente (xenofilia), cosmopolita em que a mulher desfruta de uma emancipação que é desconhecida pelo berço meridional nórdico caracterizado pela lógica patriarcal ( que futuramente viria a se tornar Europa). Outras características em comum entre os povos sequestrados do continente africano (a exemplo dos Nagô, Bantu, Fon, Jeje) é o culto à ancestralidade e a manipulação dos elementos naturais da terra, como os rios, montanhas e plantas de forma respeitosa e equilibrada.

Antonio Bispo dos Santos também traz uma reflexão importante contrapondo a lógica monoteísta, individualista e bélica dos colonizadores com a forma de organização social comunitária, politeísta e respeito aos processos orgânicos da natureza dos povos contracoloniais (em oposição ao termo colonizado que remete à inércia).

Antes de falar sobre a situação das mulheres negras no Brasil, a partir do tráfico transatlântico e escravidão, gostaria de mostrar à vocês um dos meus itans preferidos de Oxum:

“O itan sobre como Oxum virou Iyalodê tem várias versões, mas em suma conta-se a história que quando o mundo foi criado e todos os orixás vieram para o Aiye, os oborós fizeram reuniões de deliberação onde as yabás não eram bem vindas. Eles dividiram os cargos e tudo entre eles. Oxum ofendida com a exclusão das mulheres resolveu se vingar. Como dona da fertilidade e dos rios, ela secou os rios impedindo assim que qualquer coisa nascesse no solo e tornou todas as mulheres inférteis quase acabando com a vida no Aiye. Os oborós não entendendo o porquê nada



estava dando certo foram consultar Olodumarê. Olodumarê logo percebeu que Oxum foi excluída das reuniões e aconselhou que ela e as outras yabás deveriam ser convidadas, pois sem o domínio da natureza que pertencem a elas, como a fecundidade nada poderia ir à diante. Então os oborós convidaram Oxum e depois de muita insistência ela aceitou. As mulheres voltaram a serem férteis, os rios voltaram a encher e o Aiye voltou a ter vida. E assim Oxum ganhou o título de Iyalodê, cargo dado à mulher mais importante entre as mulheres. “(texto de Nailha Neves)

Há séculos o útero e a sexualidade de mulheres africanas têm sido largamente explorados, violentados e mutilados pelo colonialismo europeu. Partirei da invasão europeia em terras pindorâmicas e do tráfico negreiro do século XV para falar de um sistema de opressão e genocídio que opera há mais 500 anos, e que explora de forma muito particular a fecundidade das mulheres negras, portadoras da cabaça que deu origem à humanidade. Em se tratando de mulheres africanas, a exemplo da cultura Yorubá, elas saíram de um lugar de matripotência e poder enquanto gestoras, comerciantes, guerreiras, administradoras, Iyás, rainhas, princesas, conselheiras para servirem como escravas no continente europeu ou em suas colônias, dividindo com o gado o status social de bens semoventes (animais selvagens ou domésticos) das fazendas, trabalhando nas lavouras, engenhos de açúcar, alimentando os filhos de seus algozes enquanto eram impedidas de amamentar seus próprios bebês e vítimas constantes da violência sexual praticada por homens brancos.

O estupro foi uma ferramenta de dominação colonial europeia, junto com o saque, a tortura, o sequestro, o assassinato e a conversão compulsória ao cristianismo que atingiu os povos contracoloniais de maneira generalizada, mas que especificamente fez mulheres africanas, indígenas e suas descendentes gestarem filhos resultantes de abuso sexual. Tiveram seu corpo e sua capacidade de gerar a vida, capturada de forma muito perversa, ainda mais considerando a importância que a descendência e a ancestralidade ocupavam e ocupam nessas sociedades. Ou seja, no sistema de escravidão, a mulher negra se tornou instrumento de trabalho, objeto sexual e/ ou submetidas à prostituição para lucro de senhores e senhoras de escravos.

A despeito de tantos ataques sofridos pelas mulheres negras, a história delas nesse país não se resume em destruição, morte, dor e violência: Assim como é importante denunciar as mazelas deixadas pela escravidão no Ará (corpo), Orí (cabeça) e no Okàn (coração) do povo negro, é importante salientar o legado cultural e ancestral na forma como mulheres pretas têm conduzido e gerido suas



comunidades, sendo não somente símbolo de resistência perante o genocídio e o etnocídio, mas a materialização da prosperidade, nutrição, liderança, transmissão de conhecimentos, valores civilizatórios e asê. Com isso gostaria de destacar a atuação das mulheres africanas e afropindorâmicas no chamado Quilombismo, termo cunhado por Abdias do Nascimento para se referir a um conjunto de práticas e organizações sociais como terreiros, afoxés, clubes, grêmios, confrarias, irmandades, associações, escolas de samba, gafieiras e os quilombos tal qual conhecemos. Sendo os quilombos o resultado da necessidade da busca por liberdade e dignidade, em forma de fugas do cativeiro e formatação social autônoma, o quilombismo:

**“se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, facilitando sua defesa e sua organização econômico-social própria como também podiam assumir modelos de organizações permitidas ou toleradas frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo” (Abdias, 1980)**

Apesar dos constantes ataques das elites brancas brasileiras às instituições e cultura negra, o quilombismo conseguiu preservar diversos saberes e valores africanos, entre eles a lógica comunitária e o matriarcado, justamente porque mulheres pretas “têm segurado o reggae”, em um contexto de violência colonial, como portadoras do segredo e donas da cabaça-útero. Ao contrário do Ocidente, onde o patriarcado impôs às mulheres um papel social como cidadãs de segunda categoria, categorizando as mulheres brancas como frágeis, impedindo-as de participar das decisões políticas ou permitindo até segunda ordem; ser Okunrin, (traduzido por Oyeronke como anafêmea -anatomicamente fêmea, pois no Ocidente os termos homem/mulher se hierarquizam) não significa estar submetida aos desmandos dos Obinrin (anamachos), pelo contrário, elas detinham poder e eram respeitadas principalmente no exercício da maternidade.

**“Matriarcado é um complexo, não diz respeito somente a mulheres no comando político. Envolve o modo de lidar com o tempo, com a natureza, com as relações de parentesco. Assim, sociedades matriarcas entendem o tempo de maneira cíclica, veem a natureza como deus (não é só um rio, é Oxum!), têm descendência matrilinear, calendário lunar, alimentação baseada na agricultura, priorização de velhos e crianças.” (Anin Urasse - Matriarcado e Patriarcado não são Antônimos)**

Acredito que nenhuma pesquisa consiga dar conta de abarcar a força das mulheres negras em cada favela, morcambó e quilombo desse país. Cada mãe e chefe de família, cada vez mais velha e cada vez mais nova. No entanto, pretendo trazer aqui alguns exemplos históricos de organizações fundadas e/ou geridas por mulheres negras:



No final do século XVIII Iyá Detá, Iyá Kalá, Iyá Nassô, princesas africanas que foram escravizadas no Brasil e transportadas para a Bahia, fundaram o que é considerado a primeira casa de candomblé do Brasil “Ilê Iya Nassô Oká”, conhecido como Casa Branca do Engenho Velho. Dissidentes do Ilê Iya Nassô Oká foram responsáveis pela fundação do Terreiro do Gantois e do Ilê Axé Opô Afonjá, todos eles com mulheres pretas à frente, são comunidades tradicionais que existem até hoje e retratam a força cultural africana das mulheres negras.

A Irmandade da Senhora da Boa Morte, que em 2020 completou 200 anos fundada por um grupo de mulheres do Ilê Iyá Nassô Oká, cultuava principalmente as Iyabás e é até hoje formada exclusivamente por mulheres. A Irmandade lutou contra a escravidão e foi responsável por comprar a alforria e tirar do cativeiro diversas pessoas, inclusive sacerdotisas africanas. O sincretismo religioso foi estratégico para que essas mulheres pudessem manter sua cultura africana, seus cultos, suas famílias sem chamar a atenção das “autoridades” e sofrerem algum tipo de repressão e constitui com outras irmandades negras um símbolo de resistência cultural e política e inteligência.

A trajetória de mulheres como Dandara dos Palmares, as grandes empreendedoras desse país chamadas baianas do acarajé, Maria Felipa, minha Iyalorixá Claudia de Oyá (Bença mãe!), Beatriz Nascimento entre tantas outras milhões nesse país genocida mostra a potência da ancestralidade, que apesar das tentativas, o colonialismo não conseguiu destruir. A preservação da cultura africana é o sistema imunológico do nosso povo, que permite que a gente SEJA para além das determinações racistas, misóginas e assassinas da supremacia branca e se faz necessário olhar para o passado e aprender com nossas mais velhas e nossos mais velhos os valores civilizatórios africanos e pindorâmicos.

É necessário retomarmos a nossa história para recuperar a dignidade perdida. Por anos as mídias financiadas pelas elites brancas desse país têm reproduzido a imagem de mulheres negras como servis ou objeto sexual. Há décadas o estereótipo da mulata tem sido vendido ao exterior para a promoção do turismo sexual e isso adoce nosso Orí a ponto de, muitas vezes, acreditarmos que nosso papel no mundo se reduz a isso e permitimos que os fantasmas da auto



sabotagem, auto ódio, submissão, insegurança e permissividade brequem nossos caminhos. Que possamos destruir esses fantasmas com a espada afiada de Oyá.

**Um salve para todas as guerreiras que lutaram e lutam para manter a cultura africana viva na diáspora!**

## Bibliografia

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SÍKÍRU SÁLÁML (KING); RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. Exú: E a ordem do Universo. 2 Edição. São Paulo: Editora Odu-duwa, 2011.

RÉGIS, Maria Fernandes. 200 anos não são 200 dias: História, protagonismo e estratégia de mulheres negras na Irmandade da Boa Morte (1820-2020). Revista Calundu- Vol 4, n 2, 2020.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, quilombos: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI, 2015.

ANTA DIOP, Cheikh. A unidade cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Edições Mulemba, Edições Pedagogo LTDA, 2014.

URASSE, Anin. Blog Pensamentos Mulheristas: <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2022/05/24/matriarcado-e-patriarca-do-nao-sao-antonimos/>

W. SELES, Robert. Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava. Editora Unicamp, 2011.

NEVES VELECI, Nailah. Cadê Oxum no espelho constitucional? Os obstáculos sócio-político-culturais para o combate às violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de terreiro. Brasília/DF, 2017.





**MC Acme:**

**Viva o**

**HIP**

**HOP**

Há cinquenta anos, acontecia a festa **Back To School JAM** e também era fundada a Universal Zulu Nation no Bronx, Nova York, Estados Unidos. Ainda hoje vemos discussões sobre a relevância e desdobramento desses dois acontecimentos e seu legado para com a **Cultura Hip Hop**.

Neste ano de 2023, diversas entidades e grupos vêm se organizando para celebrar o **Hip Hop**, porém, como sempre aprendi, ser Hip Hopper implica em diversos deveres dentro desta cultura; todas as atividades que fazíamos ligados ao movimento Hip Hop, além dos 4 Elementos, tinham que ter a Celebração e Conscientização.

**Opa! Movimento Hip Hop ou Cultura Hip Hop?** Que tal deixar esse ponto para uma próxima pauta? Mas, já adianto... tenho pra mim que o Hip Hop é uma Cultura em Movimento.

E toda essa força motriz que desencadeou tudo o que vemos e conhecemos como **Hip Hop** teve seu primeiro registro no dia 11 de agosto de 1973 no Bronx, em uma festa na Av. Sedwick, 1520. Festa organizada por Cindy Campbell e seu irmão Kool Herc. Reza a lenda que a festa arrecadou fundos para compra de material escolar. Herc fazia Graffiti e era DJ tocando músicas nas quais, além de agitar a pista, ele já utilizava a técnica de back to back para fazer pequenos loopings onde os B.boys e as B.girls executavam seus passos de dança. Seu amigo Coke la Rock comandou o microfone fazendo rimas nesta noite memorável. A festa teve esta característica inegável do Hip Hop e seus elementos e esta foi a Back To School JAM.

Porém, o surgimento do Hip Hop é cheio de nuances e, no mesmo ano de 1973, dia 12 de novembro, foi fundada a organização Universal Zulu Nation por Kevin Donovan, conhecido como Afrika Bambaataa no Bronx, inserindo conceitos ao Hip Hop como Paz, Amor, União e Diversão somada a um Quinto Elemento: o Conhecimento.

Em conversa com estudiosos da cultura Hip Hop, vários convergem para a ideia de que



Bambaataa foi quem deu o nome ao Hip Hop, que antes era apenas as Black Party e, junto com a organização Universal Zulu Nation, ele ajudou a difundir mundialmente o Hip Hop.

E, quando falamos do Jubileu do Hip Hop, temos pessoas que defendem Kool Herc e outros que defendem Bambaataa como fundador da Cultura Hip Hop. Até parece história que vemos muito no Brasil, de pessoas que nascem em um dia e são registradas em outro. Eu mesmo nasci no dia 19/11, porém fui registrado no dia 30/11.

Eu cheguei à uma conclusão vendo e revendo o surgimento da Cultura Hip Hop: que o Dj Kool Herc fazia sua festa como celebração usando as Black Parties para reunir seus iguais que viviam à margem para se divertirem no meio do cenário caótico que eles viviam nos anos 70 no Bronx. Já Bambaataa foi o visionário que deu um nome a tudo aquilo que estava acontecendo pensando na questão do conhecimento, fazendo palestras com os seus iguais que eram os mesmos que dialogavam, também, com Kool Herc. Pode-se dizer que o Hip Hop tem um Pai, uma Mãe e um Padrinho.

Hoje, o fenômeno **Hip Hop**, que saiu das margens do Bronx, está em todos os países, com sua maior força ainda nas periferias. Porém, como uma força popular que, se compararmos a artes milenares ou centenárias como o circo e o ballet, podemos ver o quanto o Hip Hop é forte e resistente como ferramenta de transformação e inclusão social. É simplesmente linda a versatilidade do Hip Hop.

Temos tanto a falar sobre o movimento cultural, os elementos e as diversas facetas que o Hip Hop atinge e onde está inserido, que poderíamos abrir uma 'Infinity Lessons' (termo utilizado pela Zulu Nation em suas palestras).

# PARABÉNS HIP HOP!

Por: Clayton Gomes (@acmesam)





## Débora Maria da Silva

Fundadora do Movimento Independente Mães de Maio e pesquisadora do CAAF.

Entrevista realizada por Rosângela Martins e Jade G. A. Mattos no dia 28/09/2022.



# MEMORIAL

Por Matheus Almeida

Foto: Thiago Fernandes

A woman with glasses and a headscarf is holding a black sign. The sign features a portrait of Bernadete Piccini and the text "QUEM MANDOU MATAR MÃE BERNADETE PACÍFICO?". The background shows a crowd at night with red flags and city lights.

**QUEM  
MANDOU  
MATAR MÃE  
BERNADETE  
PACÍFICO?**

Um **memorial** para tantas vítimas que nem as notícias, nem as estatísticas podem contemplar. Em 2023, os números de mortos violentamente por armas de fogo já ultrapassam a casa dos milhares no Brasil.

Na Bahia, mais de 400 pessoas foram mortas pela polícia entre janeiro e setembro deste ano. Somente em setembro, 72 pessoas tiveram suas vidas ceifadas pela violência de Estado. Sem contar aqueles mortos por agentes privados, a mando do Estado, ou por autores não identificados.

É o caso de **Maria Bernadete Pacífico**, mais conhecida como **Mãe Bernadete**, uma ialorixá e líder do quilombo Pitanga dos Palmares, assassinada em sua própria residência, no município de Simões Filho, por dois homens encapuzados, no dia 17 de agosto de 2023, aos 72 anos. Nem mesmo o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal pôde protegê-la do racismo religioso e da perseguição política, que já haviam vitimado seu filho, Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, o Binho do Quilombo, morto em 2017.

Na cidade do Rio de Janeiro, 37 chacinas já ocorreram nos nove primeiros meses do ano, vitimando 141 pessoas. Se ampliarmos para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o número de vítimas aumenta para 779. Ao menos 10 crianças de 5 a 12 anos foram mortas por dispa-



ros de arma de fogo neste ano. Cenas do genocídio contínuo neste país, que tenta produzir um presente exterminado, um futuro impedido.

No estado de São Paulo, 327 pessoas foram mortas por policiais civis e militares entre janeiro e agosto de 2023. Somente na Operação Escudo, deflagrada como parte do plano de morte do governo estadual, cerca de 35 pessoas foram executadas por agentes de segurança nas cidades de Guarujá, Santos e São Vicente.

Quem lamenta essas mortes? Quem sofre essas dores? Quem perde para sempre um ente querido? Quem cuida dos sobreviventes que lutam pela vida? A existência desse Observatório e de movimentos sociais de enfrentamento ao genocídio, como o Movimento Mães de Maio, já denota quem são as vítimas das violências de Estado, e de quem não podemos esquecer jamais.





# Boletim OVIR N° Três 11/2023

ISSN 2965-2804

Instituição: CAAF – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP

OVIR – Observatório da Violência Racial

Coordenação

Diana Mendes

Equipe responsável

Ana Maria Espírito Santo

Ana Paola Miyagusuku Miyasato

Cássia Aranha

Diana Mendes

Julia Oliveira de Castro Souza

Luciana Alves

Lorrane Rodrigues

Marina Mello

Matheus de Araújo Almeida

Micaelle Bandeira

Rosângela Martins

Capa

R. Trompaz

Projeto gráfico e diagramação

Cássia Aranha

São Paulo



Centro de Antropologia e  
Arqueologia Forense

**CAAF|Unifesp**



